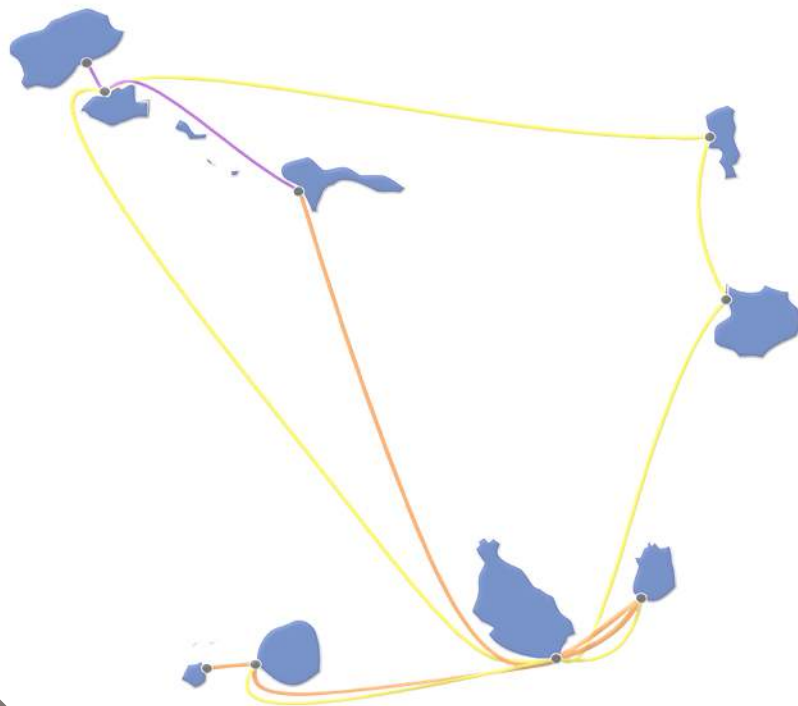




2017

Relatório e Contas



Conteúdo

1. Sumário Executivo	1
2. Indicadores Chaves	3
3. Órgãos Sociais	4
4. Estrutura Acionista	4
5. Principais Acontecimentos	5
6. Enquadramento Geral	5
7. Atividade Operacional.....	11
8. Organização Interna e Estrutura Orgânica da Empresa	16
9. Recursos Humanos	17
10. Sistema de Informação	17
11. Análise Económica e Financeira	18
12. Perspetivas de evolução futura.....	24
13. Acontecimentos após a data do balanço	25
14. Agradecimentos.....	26
15. Proposta de aplicação de resultados.....	27
16. Declaração de Cumprimento	28
I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
II. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
III. PARECER DO FISCAL UNICO	

1. Sumário Executivo

A Cabo Verde Fast Ferry, S.A. está no seu sétimo ano de operações efectivas, um ano de actividade num ambiente económico interno fracamente favorável. O desafio da operacionalização da frota transitou dos anos anteriores, entretanto, com o sucesso na mobilização de recursos, foi possível o efectivo engajamento das duas embarcações em causa, no terceiro trimestre, perspectivando-se um novo panorama para o negócio.

Apesar dos avanços conseguidos no ano anterior na prossecução do saneamento financeiro, os processos subsequentes, identificados e apontados como pilares para a viabilização e sustentabilidade da empresa, não foram concretizados, condicionados pelo adiamento das decisões que se impunham por parte do Estado, e outros para serem ponderados nas plenárias dos órgãos sociais, o que não aconteceu, por se realizar.

A actividade da empresa durante o ano foi influenciada pelas paralisações do LIBERDADI e pela entrada em operações do PRAIA D'AGUADA, e do KRIOLA em substituição do LIBERADI, com perda de rendimentos nas rotas servidas pelo primeiro, embora atenuadas pelos das operações do segundo, principalmente no segmento de cargas.

Com a operacionalização da nova unidade - PRAIA D'AGUADA, navio Misto de Passageiros e Carga, com características e operação diferente das actuais embarcações ROPAX, a empresa aumentou significativamente a sua capacidade e oferta de cargas e passageiros, alargou as escalas para novos portos, e enfrenta o desafio de ajustamento interno para a natureza da sua exploração.

Foi apresentado novamente à Tutela o constrangimento da indisponibilidade de infra estruturas adequadas - rampas nos portos das Ilhas Orientais, bem como o seu impacto no negócio da empresa, limitando-se o alargamento dos itinerários e a cobertura do mercado nacional pelas unidades ROPAX, o que continua a condicionar o resultado do esforço contínuo de melhoria de performance operacional da empresa, e a eficiente utilização dos seus recursos.

Dos principais acontecimentos, tem relevo o esforço e o desafio da operacionalização das unidades da frota. Com o desenvolvimento da actividade e a exploração das embarcações, as exigências da sua manutenção agravam-se, bem como os riscos inerentes. Foi um ano em que as paralisações influenciaram significativamente as operações, e o lançamento das operações

de carga convencional, apesar de ter resultado num aumento da capacidade de transporte de cargas, exige um investimento em equipamentos e impõe uma estrutura de custos própria, que teve um impacto considerável no negócio, pelo agravamento dos gastos operacionais.

Do desenvolvimento favorável ao longo dos últimos anos, neste destaca-se o efectivo aumento das unidades da frota em operações, no quarto trimestre do ano, com o consequente aumento da oferta em termos de capacidade, tanto de carga como de passageiro. No entanto, para a CVFF continua a ser imperativo a mobilização de mais recursos para o seu efetivo equilíbrio financeiro. A definição, pelo Estado, da política e do modelo do negócio para o sector, continua a condicionar a perspectiva futura de efectiva formalização da relação com o Estado na prestação do Serviço Público de Transporte Marítimo.

A perspectiva imediata da operacionalização de todas as unidades da sociedade, com aumento da capacidade da sua frota bem como do peso que este representa na cabotagem nacional, aliado à experiência adquirida ao longo dos anos, conferem à CVFF uma perspectiva de aumento da sua quota de mercado e constituem pontos fortes no seu posicionamento no mercado, contribuindo assim para a almejada viabilização do negócio e o estabelecimento efectivo como operador na intermodalidade e na cadeia logística.

É ainda premente a mobilização e o engajamento de todos os interesses e atores, no seu papel individual, Obrigacionistas, Acionistas, o Estado de Cabo Verde e todas as Entidades e Instituições com quem a CVFF interage para a concretização dos seus grandes objetivos, especialmente o da sua recuperação financeira.

Mantém-se relevante o papel do Estado de Cabo Verde e suas diversas instituições no impulsionar das ações que conduziram a concretização dos acontecimentos do ano, e que contribuem, significativamente, para a busca de soluções para o realinhamento da empresa.

2. Indicadores Chaves

BALANÇO	2017	2016
Activo Corrente	285 050	160 487
Activo não corrente	1 680 787	1 690 622
Activo Total	1 965 837	1 851 108
Capital Social	110 000	110 000
Prestação suplementares	87 962	22 962
Outras variações no capital próprio	-	-
Resultado Transitado	(766 317)	(765 764)
Resultado líquido	(80 015)	(553)
capital próprio	(648 370)	(633 355)
Passivo Corrente	849 271	530 358
Passivo não corrente	1 764 936	1 954 106
Passivo Total	2 614 207	2 484 463
RESULTADOS	2017	2016
Volume do Negócios	345 705	316 229
EBITDA	147 391	223 899
Resultados Operacionais	22 079	113 378
Resultados Líquidos	(80 015)	(553)
FLUXO DE CAIXA	2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	113 322	111 187
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(70 866)	(101 250)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(22 043)	(6 587)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	20 413	3 349
INDICADORES DE RENDIBILIDADE	2017	2016
ROA	-4,1%	0,0%
ROS	-23,1%	-0,1%
EBITDA MARGIN	42,6%	70,8%
EBIT MARGIN	6,4%	35,9%
INDICADORES DE ACTIVIDADE	2017	2016
Rotação do activo	0,18	0,17
Rotação dos clientes	12,46	21,53
INDICADORES DE LIQUIDEZ	2017	2016
Liquidez reduzida	0,34	0,30
liquidez imediata	0,05	0,04
INDICADORES DE SOLVABILIDADE	2017	2016
Endividamento (Capitais Alheios/Capitais Totais)	145%	140%
Estrutura de Endividamento (Capitais alheios cp /capitais alheios lp)	19%	13%
Autonomia Financeira (Capital Próprio / Activo)	-0,33	-0,34
Salvabilidade (Capital próprio / passivo)	-0,25	-0,25
Cobertura dos encargos financeiros	144%	197%

3. Órgãos Sociais

Os órgãos Sociais da Cabo Verde Fast Ferry, Lda, têm a seguinte composição:

Mesa de Assembleia Geral

Presidente: Augusto Vasconcelos Lopes

Vice-presidente: Câmara Municipal dos Mosteiros, representado pelo senhor Fernandinho Teixeira

Secretário: Câmara Municipal de Santa Catarina-Fogo, representada pelo senhor João Aqueleu Barbosa Amado.

Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Ld.ª, representada pelo senhor Carlos Manuel Sim Sim Maia

Suplente: Armando José Carvalho Ferreira Rodrigues

Conselho de Administração

Presidente: Paiva Jorge do Rosário

Administrador Financeiro: Aniceto João Silva Soares

Administrador Operacional: Nelson Gee Gregor (impossibilitado de exercer funções desde Novembro de 2015)

4. Estrutura Acionista

O capital social é de Cento e Dez Milhões de Escudos, totalmente realizado, representado por 110.000 ações com o valor nominal de 1.000\$00 cada uma, dividido da seguinte forma:

Entidades	Número de Ações	%
Estado de Cabo Verde	58 508	53,19%
Nelson Gregor	22 722	20,66%
SOC. Vasconcelos Lopes, Lda.	10 670	9,70%
EDITUR, SA	8 000	7,27%
Agnelo Andrade	5 000	4,55%
Município de Brava	2 200	2,00%
Município de Santa Catarina Fogo	1 200	1,09%
Município de Mosteiros	1 100	1,00%
Município de São Filipe	600	0,55%
	110 000	100%

5. Principais Acontecimentos

- Prorrogação dos Certificados Estatutários do LIBERDADI junto da Autoridade Marítima, na primeira semana de Janeiro de 2017, retomando as viagens
- Paralisação do LIBERDADI para reparação temporária na sequência do acidente sofrido no porto de Vale de Cavaleiros em 16 de janeiro de 2017
- Entendimento e Contrato de Suprimentos com Estado
- Conclusão dos trabalhos e pedido de vistorias da Autoridade Marítima do PRAIA D'AGUADA para Certificação Estatutária
- Prorrogação dos Certificados Estatutários do LIBERDADI enquanto decorre a intervenção no KRIOLA.
- Conclusão dos trabalhos de docagem e lançamento do KRIOLA em Abril de 2017. Atracado ao Cais Comercial para a conclusão dos trabalhos nas Máquinas, Sistema de Automação e Controle, preparação para teste de mar e vistorias de Classe e Estatutárias.
- Certificação Estatutária do PRAIA D'AGUADA e viagem re-inaugural no dia 31 de Julho de 2017.
- Certificação de Classe e Estatutária do KRIOLA e posicionamento para o reinício de operações em substituição do LIBERDADI em Setembro;
- Docagem do LIBERDADI e início das reparações das avarias do Casco, recomendações de Classe e manutenção geral em Setembro;
- Prestação de Serviço entre Santiago e Maio, no mês de Setembro, em substituição do Operador dessa linha;
- Proposta de convocatória da Assembleia Geral para Dezembro, apresentado ao Estado, aguardando a concertação das Tutelas.

6. Enquadramento Geral

6.1. Ambiente Económico Internacional (Fonte: Banco Central de Cabo Verde)

O contexto externo da economia cabo-verdiana foi marcado, em 2017, pela recuperação das economias parceiras do país, pelo crescimento dos seus mercados de trabalho, beneficiando a procura externa e os investimentos no país, contribuindo positivamente para o bom desempenho da economia nacional.

A atividade económica global continuou a ganhar vigor em 2017, tendo ascendido a 3,7 por cento do seu crescimento (0.5 pontos percentuais acima do crescimento registado em 2016). A dinâmica da procura interna, a par do aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas, gerou um crescimento mais acelerado dos preços no consumidor dos principais parceiros do país e afetou, em consequência, a tendência da inflação no país.

Não obstante o aumento da inflação, as expectativas de evolução dos preços no longo prazo mantiveram-se fixas. A inflação subjacente dos principais parceiros, com exceção do Reino Unido, manteve-se alinhada com os targets dos bancos centrais, cuja política em curso, numa perspetiva gradualista e contracíclica, alinha-se com a pretensão de manter contidas as pressões inflacionistas.

O consumo público registou um ténue abrandamento, num contexto de condições cíclicas favoráveis, que contribuiu para fortalecer a confiança dos agentes económicos e a tendência de crescimento do principal parceiro económico do país.

6.2. Ambiente Económico Nacional (Fonte: Banco Central de Cabo Verde)

Segundo as estimativas do Instituto Nacional de Estatística, a economia nacional registou um crescimento em volume de 3,9 por cento em 2017, depois de ter registado em 2016 o crescimento mais acelerado desde 2011 (3,8 por cento). Este crescimento provem do desempenho muito positivo dos impostos líquidos de subsídios, indústria transformadora, administração pública, eletricidade e água, alojamento e restauração, bem como a notável recuperação do comércio.

Do lado da procura, a economia foi estimulada pela dinâmica da procura interna, em particular do consumo e investimento privados, num contexto marcado pela recuperação do investimento público.

Ao longo de todo o ano de 2017, os preços no consumidor mantiveram a tendência de recuperação iniciada em janeiro, tendo a inflação média anual se fixado em 0,8% em dezembro (-1,4% em dezembro de 2016).

As contas externas registaram um comportamento desfavorável em 2017, tendo a balança corrente registado um défice de quase o triplo, passando de 2,7 para 7,1% do PIB, em função da degeneração do défice comercial de bens e serviços, determinado pelo aumento das importações de bens e serviços, num contexto de redução de influxos de financiamento da economia.

6.3. Ambiente da indústria

6.3.1. Infraestruturas portuárias

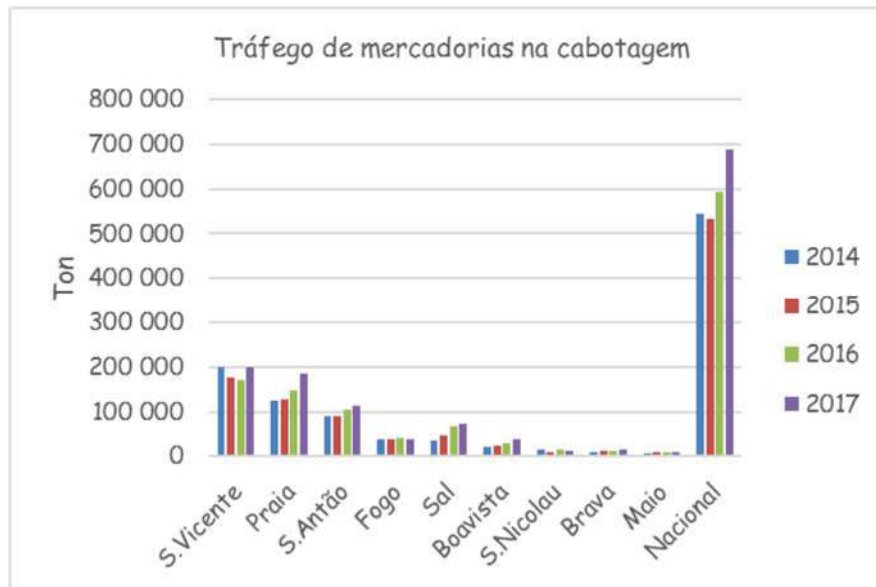
Em relação às infraestruturas portuárias, ainda persiste a falta de rampas reguláveis nos portos do Maio, Boavista e Sal, o que impede os ferries da CVFF de escalarem esses portos. De realçar ainda que em todos os portos escalados pela CVFF, as condições de atracação, nomeadamente as defensas, não têm sido as recomendadas para os navios em alumínio, o que tem provocado danos nos cascos do KRIOLA e do LIBERDADI.

6.3.2. Mercado

Em análise aos dados da ENAPOR, verifica-se pelo segundo ano consecutivo um crescimento tanto no tráfego de mercadoria, como no tráfego de passageiros.

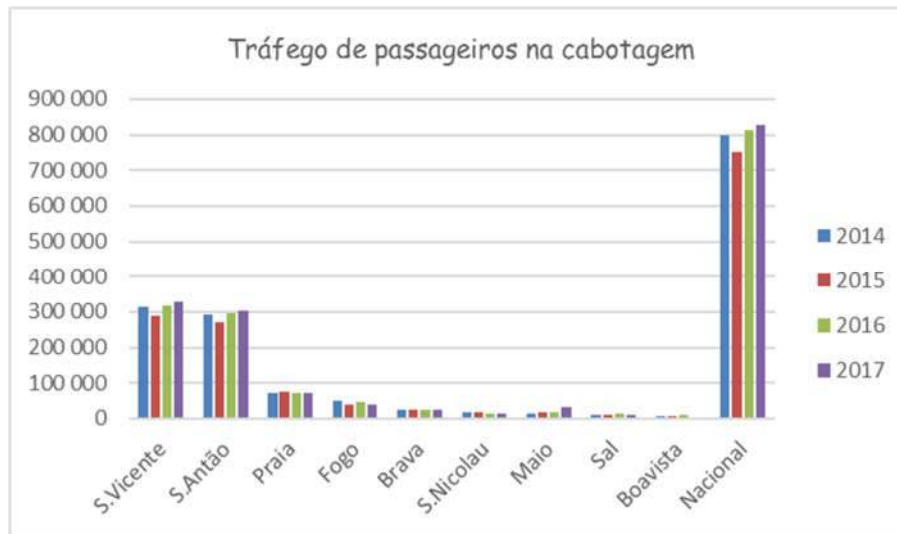
Relativamente ao tráfego de mercadorias (excluindo os graneis líquidos e mercadorias em trânsito), cifrou-se em 686 mil toneladas, o que representa um aumento de 15,77% relativamente a 2016, merecendo destaque as seguintes variações:

- O tráfego no porto da Palmeira, ilha do Sal, registou um crescimento de 12,49%, atingindo a cifra de 74 mil toneladas, mantendo assim uma tendência de crescimento desde 2013, embora com indícios de abrandamento em 2017.
- Ligeira quebra do tráfego nos portos do Tarrafal, ilha de São Nicolau, e do Porto de Vales de Cavaleiros, ilha do Fogo, registando respetivamente diminuições de 1,46% e 2,78%.
- Pelo segundo ano consecutivo regista-se forte incremento do tráfego no porto de Sal Rei, ilha da Boavista, cerca de 26%; atingindo a cifra de 37,9 toneladas;
- Forte incremento do tráfego no porto da Praia, ilha de Santiago, no porto da Furna, ilha Brava, e no porto Inglês, ilha do Maio, com um crescimento de 24,84%, 24,68% e 23,64 % respetivamente.
- Forte recuperação, após quebra por dois anos consecutivos, no tráfego no Porto Grande, ilha de São Vicente, com um crescimento de 16.39 %.



Em relação ao tráfego de passageiros (excluindo os passageiros em trânsito), que se cifrou em 825 mil passageiros, registou-se um aumento de 1,5%, sendo de assinalar as seguintes variações:

- Queda no tráfego no porto do Tarrafal, ilha de São Nicolau, pelo segundo ano consecutivo, perdendo cerca de 1 585 passageiros, o que representa uma redução de 11,25 %;
- Queda no tráfego no porto de Vale dos Cavaleiros, ilha do Fogo, perdendo cerca de 4 173 passageiros, o que representa uma redução de 9,22 %;
- Após forte recuperação em 2016, regista-se, em 2017, acentuada queda no tráfego no porto de Sal Rei, ilha da Boavista, e no porto da Palmeira, ilha do Sal, com uma redução de 57% e 26% respetivamente;
- O registo do tráfego de 31 mil passageiros no porto Inglês, ilha do Maio, o maior verificado neste porto nos últimos 10 anos, representa um crescimento de 70,74%



6.3.3. Concorrência

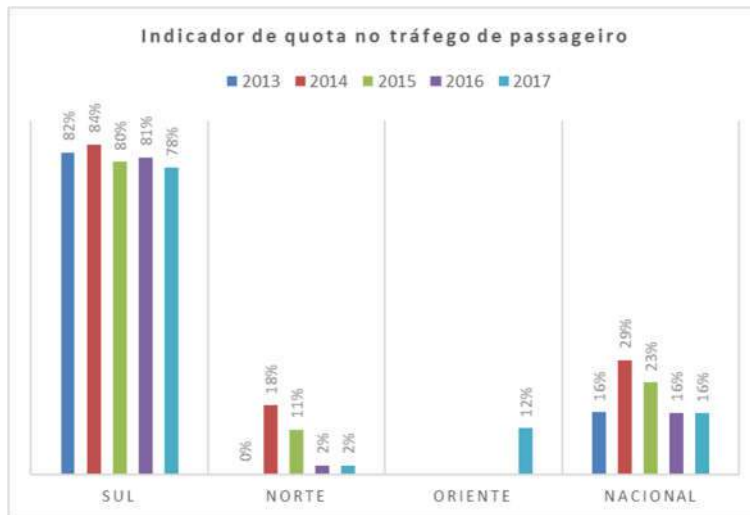
A Frota cabo-verdiana de navios, exclusivamente dedicada à cabotagem (transporte de passageiros e carga inter-ilhas), é constituída por cerca de 23 navios, dos quais, 6 mistos de carga e passageiros, 7 ferryboats Roll-On Roll-Off e 4 pequenos navios tanques petroléiros.

Os navios em operação, considerados concorrentes diretos, passaram, a ser 3 navios RO/RO (MAR D' CANAL, NHO PADRE BENJAMIN e INTER ILHAS) e 3 mistos de passageiros e cargas (SOTAVENTO, 13 DE JANEIRO, e DJON DADE).

6.3.4. Posição no sector marítimo

Os gráficos abaixo apresentam a evolução da quota do tráfego transportado pela CVFF.

Registou-se um forte impacto do transporte aéreo no tráfego de passageiros, no ano em que duas companhias aéreas ofereceram serviço para os principais destinos internos.



Nos portos escalados da zona sul (Santiago, Fogo e Brava), a CVFF registou um ligeiro recuo no tráfego de passageiros e no tráfego de carga, tendo sido responsável pelo transporte de 78% do tráfego de passageiros e 23% do tráfego de mercadorias. Em relação aos portos da Furna na

Brava e Vale dos cavaleiros no Fogo, detêm 100% do tráfego de passageiros e ganhou quota no tráfego de mercadorias (quota de 67% na Brava e 48% no Fogo)

Na zona norte, onde mantém-se a suspensão das ligações entre Santo Antão e São Vicente,

e a prestação de 2 ligações mensais entre São Vicente e São Nicolau, a CVFF manteve a baixa quota no segmento de passageiros e de mercadorias, tendo transportado 2% do tráfego de passageiros e 2% do tráfego de mercadorias.



Nas ilhas orientais (Maio, Boavista e Sal), onde por inexistência de rampas

reguláveis nos seus portos não é possível a operação dos navios KRIOLA e LIBERDADI, a entrada em atividade do PRAIA D' AGUADA veio a permitir, em Agosto de 2017, o início de ligações com essas ilhas, registando uma quota de 12% no tráfego de passageiros e 1% no tráfego de mercadorias.

O tráfego nas linhas servidas corresponde a uma quota de mercado nacional de 16% no tráfego de passageiros (16% em 2016) e de 9% no tráfego de mercadorias (9% em 2016).

7. Atividade Operacional

7.1 Frota

KRIOLA



De 2015 a 2017, o navio KRIOLA esteve sujeito a uma grande reparação, com mobilização de significativos recursos em preparação para as vistorias para a reposição da Certificação de Classe e Estatutária, processos que foram concluídos em Setembro de 2017.

LIBERDADI

O navio LIBERDADI entrou em operações em abril de 2014, prestando serviço nas ligações entre Santo Antão, São Vicente e São Nicolau.

Após a paralisação do KRIOLA em 2015, teve que ser realocado na rota de Brava, Fogo, Praia, por forma a salvaguardar o compromisso contratual com o Estado de Cabo Verde em garantir as ligações nessa rota. Concomitantemente, continuou a prestar o serviço público nas ligações de São Vicente e Praia, com a ilha de São Nicolau.



Atendendo as exigências de classe e das autoridades, o navio tinha que fazer a docagem para as vistorias anuais e intermédias para averbamento e renovação dos certificados. Foi alado para as reparações e inspeções no dia 18 de Setembro.

PRAIA D' AGUADA

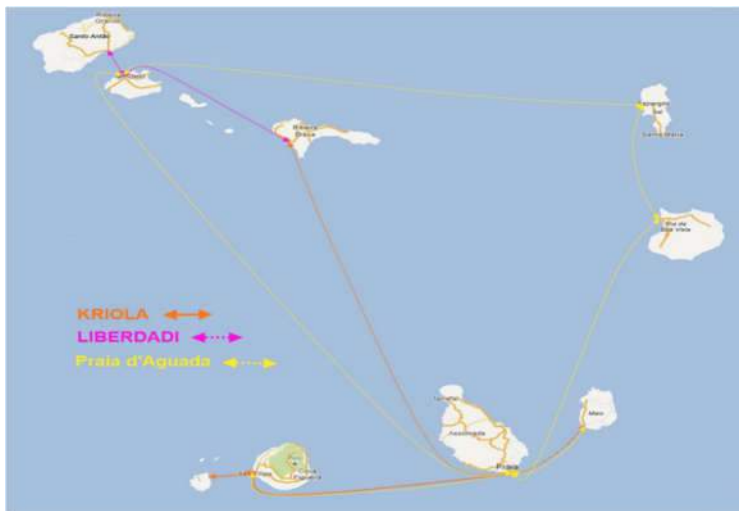


O navio PRAIA D' AGUADA, integrou a frota no processo da entrada do Estado no Capital da Sociedade. Deu entrada nos estaleiros da CABNAVE para conclusão da avaliação do casco e definição global dos trabalhos com vista a sua operacionalização. Com o impasse no processo, acabou a CVFF por negociar

com o Estado as condições para condução dos mesmos. As reparações foram concluídas em Março de 2017 e o processo da sua certificação concluído em julho de 2017, altura em que começou as suas operações.

7.2 Oferta

O plano da oferta da Cabo Verde Fast Ferry, apesar dos constrangimentos na sua concretização, tem sido pautado pelo objetivo de ligar todas as ilhas do arquipélago com regularidade, previsibilidade, rapidez, segurança e de forma contínua. Prosseguindo uma clara perspectiva de serviço público, dada a participação maioritária de capitais públicos que tem no seu capital social, bem como o entendimento com a tutela , especialmente ao nível da



redução do isolamento de ilhas específicas, oferece um transporte compatível com as exigências próprias de um serviço público fundamental destinado à cobertura das necessidades de mobilidade no interior do território nacional.

Durante os últimos 7 anos da atividade, a sociedade é um dos poucos operadores, senão o único, que tem oferecido

serviços de transporte marítimo para a maioria das ilhas e a partir do ultimo trimestre para todas as ilhas de Cabo Verde, com o seguinte cronograma:

- início das operações do KRIOLA, em 2011, com ligações entre BRAVA-FOGO-PRAIA;
- em 2013, com a colocação de rampa no porto do Tarrafal, deu-se o início das ligações PRAIA-SÃO NICOLAU;
- chegada do LIBERDADI em 2014, tendo sido alocado nas ligações SANTO ANTÃO-SÃO VICENTE-SÃO NICOLAU, permitindo o alargamento da ligação PRAIA-SÃO NICOLAU-SÃO VICENTE;
- entrada em atividade do navio PRAIA D'AGUADA, em agosto de 2017, com ligações regulares entre as ilhas de SANTIAGO, SÃO VICENTE, SAL, BOAVISTA e FOGO e ligações esporádicas com as ilhas do MAIO, SÃO NICOLAU e BRAVA

Rotas	FREQUÊNCIA			Navio
	Diária	Semanal	Mensal	
Rota 1				
São Vicente - Santo Antão	2	12	48	LIBERDADI
Rota 2				
São Vicente - São Nicolau		2	8	LIBERDADI
Rota 3				
São Vicente - Santiago		1	4	PRAIA D'AGUADA
Rota 4				
Santiago-Fogo (linha 4.1)		3	12	KRIOLA
Fogo-Brava (linha 4.2)		5	20	KRIOLA
Rota 5				
Santiago-Boavista-Sal		1	4	PRAIA D'AGUADA
Rota 6				
Santiago-São Nicolau			2	KRIOLA/LIBERDADI
Rota 7				
Santiago-Fogo			2	PRAIA D'AGUADA
TOTAL			100	

Em 2017, a CVFF garantiu um total de 1 377 ligações entre 8 ilhas do arquipélago (SÃO VICENTE, SÃO NICOLAU, SAL, BOAVISTA, MAIO, FOGO, BRAVA). Estas ligações foram concretizadas pelos navios LIBERDADI (Janeiro a Setembro) e KRIOLA (Setembro a

Linha	2017	2016	Variação
BRAVA - FOGO	233	250	-6,80%
FOGO - BRAVA	232	249	-6,83%
BRAVA - PRAIA	155	167	-7,19%
PRAIA - BRAVA	157	163	-3,68%
FOGO - PRAIA	157	167	-5,99%
PRAIA - FOGO	161	163	-1,23%
PRAIA - SNICOLAU	30	34	-11,76%
SNICOLAU - PRAIA	30	34	-11,76%
PRAIA - SVICENTE	45	34	32,35%
SVICENTE - PRAIA	43	34	26,47%
SNICOLAU - SVICENTE	32	34	-5,88%
SVICENTE - SNICOLAU	32	34	-5,88%
PRAIA - MAIO	12	-	-
MAIO - PRAIA	12	-	-
PRAIA - BOAVISTA	7	-	-
BOAVISTA - PRAIA	6	-	-
PRAIA - SAL	9	-	-
SAL - PRAIA	11	-	-
SAL - BOAVISTA	4	-	-
BOAVISTA - SAL	5	-	-
SVICENTE - SAL	3	-	-
SNICOLAU - SAL	1	-	-
KRIOLA/LIBERDADI	1 251	1 363	-8,22%
PRAIA D'AGUADA	126	-	-
Total Geral	1 377	1 363	1,03%

Dezembro), num total de 1 251 ligações, e pelo navio PRAIA D'AGUADA (Agosto a Dezembro), num total de 126. O quadro abaixo apresenta as ligações efetuadas em cada percurso, evidenciando o impacto que o navio PRAIA D'AGUADA teve na abertura de novas linhas e no incremento da oferta nas linhas já servidas. É de realçar a diminuição das viagens nos percursos servidos pelo LIBERDADI, devido à sua inoperacionalidade por várias semanas, devido a reparações, inspeções e estado do tempo, implicando a diminuição de 112 viagens, com reflexo no tráfego verificado nessas linhas.

Merece destaque o facto de

apesar do término, em Dezembro de 2015, do contrato inicial assumido com o Estado de Cabo Verde, em assegurar o serviço público na rota, BRAVA - FOGO - SANTIAGO, a Cabo Verde Fast Ferry por entendimento com a Tutela continuou a salvaguardar esse compromisso,

mantendo uma média de 5 viagens semanais entre as ilhas de Fogo e Brava e 3 viagens semanais destas com SANTIAGO.

Ainda no mesmo regime de prestação de serviço público de transporte marítimo, realizou 2 ligações mensais na época baixa e 1 ligação semanal na época alta na rota SANTIAGO-SÃO NICOLAU-SÃO VICENTE.

Durante o mês de setembro, também em regime de prestação de serviço público, mediante solicitação do Ministério de Economia e Emprego, realizou 10 viagens entre Santiago e Maio, em substituição do navio Sotavento, que se encontrava em processo de inspeção para renovação de certificados.

7.3 Movimentação de Passageiros

Em 2017, foram transportados 64 467 passageiros em todas as linhas servidas, mantendo-se no mesmo patamar de 2016 (64 473), após recuperação verificada nesse ano. A procura verificada no segmento de passageiros, em cada percurso, está ilustrada no quadro abaixo, merecendo os seguintes comentários:

Linha	2017	2016	Variação	Peso
BRAVA - FOGO	9 166	8 204	11,72%	14,22%
FOGO - BRAVA	9 076	8 470	7,16%	14,08%
BRAVA - PRAIA	3 498	3 883	-9,91%	5,43%
PRAIA - BRAVA	3 538	3 626	-2,43%	5,49%
FOGO - PRAIA	12 198	15 366	-20,61%	18,92%
PRAIA - FOGO	11 652	14 521	-19,76%	18,07%
PRAIA - SNICOLAU	803	905	-11,27%	1,25%
SNICOLAU - PRAIA	801	979	-18,14%	1,24%
PRAIA - SVICENTE	2 227	2 355	-5,42%	3,45%
SVICENTE - PRAIA	1 647	2 345	-29,77%	2,55%
SNICOLAU - SVICENTE	2 239	1 895	18,18%	3,47%
SVICENTE - SNICOLAU	2 396	1 924	24,54%	3,72%
PRAIA - MAIO	1 692	-	-	2,62%
MAIO - PRAIA	1 669	-	-	2,59%
PRAIA - BOAVISTA	284	-	-	0,44%
BOAVISTA - PRAIA	185	-	-	0,29%
PRAIA - SAL	624	-	-	0,97%
SAL - PRAIA	502	-	-	0,78%
SAL - BOAVISTA	67	-	-	0,10%
BOAVISTA - SAL	64	-	-	0,10%
SNICOLAU - SAL	14	-	-	0,02%
SVICENTE - SAL	123	-	-	0,19%
KRIOLA/LIBERDADI	56 384	64 473	-12,55%	87,46%
PRAIA D'AGUADA	8 083	-	-	12,54%
Total Geral	64 467	64 473	-0,01%	100,00%

- Quebra de 12,5% no transporte de passageiros, nas ligações servidas pelos navios KRIOLA e LIBERDADI; transportando, mesmo assim, 87,47% dos passageiros;

- O navio PRAIA D'AGUADA nos primeiros cinco meses de operação, transportou 8 083 passageiros, principalmente nas novas linhas servidas, colmatando assim a quebra verificada nas linhas já servidas e representando um peso de 12,5%;

- Verifica-se quebra da procura nos percursos mais longos, entre Santiago e Fogo, e Santiago e São Vicente.

- Em sentido contrário, regista-

se forte crescimento nos percursos mais curtos, entre Fogo e Brava, e São Nicolau e São Vicente.

- As rotas servidas pelo LIBERDADI registaram uma diminuição de 12% no tráfego de passageiros, explicadas pela inoperacionalidade do navio durante várias semanas ao longo do ano, nomeadamente as 3 semanas em janeiro para a sua reparação após um acidente no porto de Vale dos Cavaleiros, e uma média de uma semana e meia nas duas

prorrogações de certificados a que foi sujeito enquanto se completava a Certificação do KRIOLA.

- A redução do volume de passageiros transportados também se deve ao abrupto aumento da oferta de transporte aéreo, com dois operadores durante a maior parte do ano, promovendo ligações para os principais destinos.

7.4 Movimentação de mercadorias

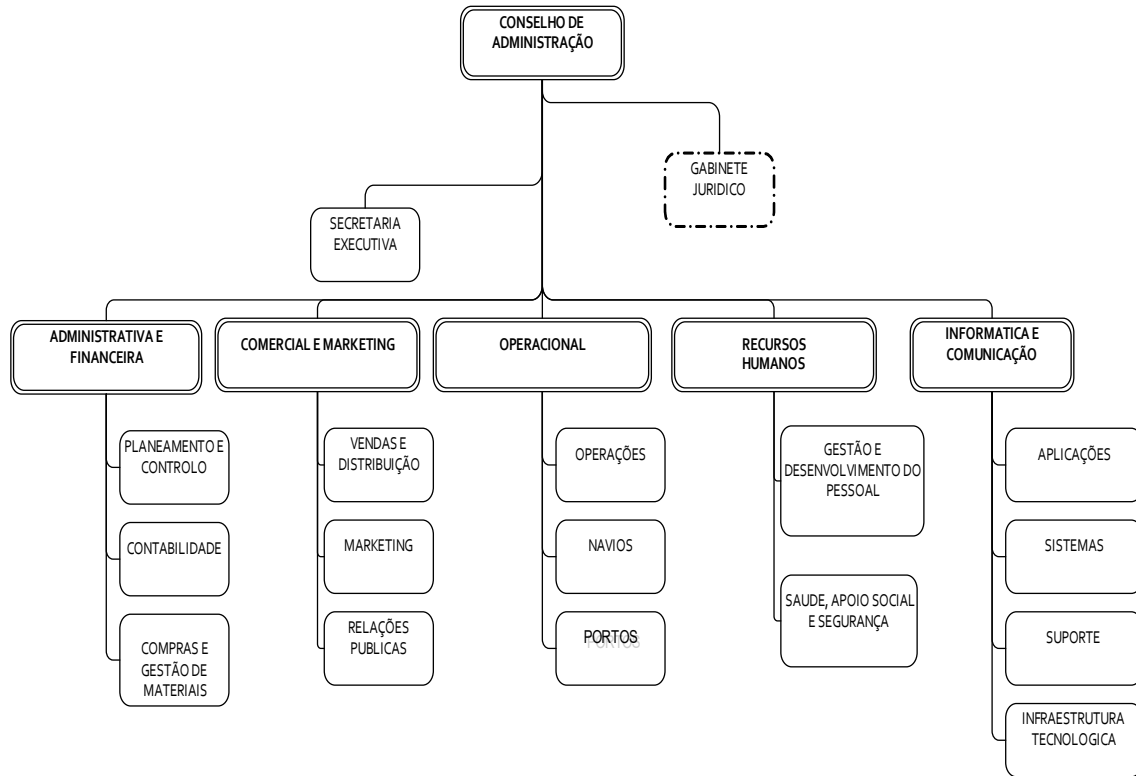
Relativamente ao transporte de mercadorias, regista-se um crescimento do tráfego em 21,48%, representando 32 345 toneladas transportadas, conforme evidenciado no quadro

Linha	2017	2016	Variação	Peso
BRAVA-FOGO	1 792	1 280	39,99%	5,54%
FOGO-BRAVA	2 414	1 866	29,35%	7,46%
BRAVA-PRAIA	2 318	1 776	30,54%	7,17%
PRAIA-BRAVA	3 260	2 412	35,15%	10,08%
FOGO-PRAIA	6 048	7 121	-15,06%	18,70%
PRAIA-FOGO	8 469	7 897	7,24%	26,18%
PRAIA-SNICOLAU	520	604	-13,84%	1,61%
SNICOLAU-PRAIA	536	786	-31,78%	1,66%
PRAIA-SVICENTE	2 856	1 349	111,70%	8,83%
SVICENTE-PRAIA	1 294	692	86,91%	4,00%
SNICOLAU-SVICENTE	199	182	9,15%	0,62%
SVICENTE-SNICOLAU	524	658	-20,47%	1,62%
MAIO-PRAIA	64	-	-	0,20%
PRAIA-MAIO	139	-	-	0,43%
PRAIA-BOAVISTA	78	-	-	0,24%
BOAVISTA-PRAIA	14	-	-	0,04%
PRAIA-SAL	495	-	-	1,53%
SAL-PRAIA	108	-	-	0,34%
SAL-BOAVISTA	6	-	-	0,02%
BOAVISTA-SAL	50	-	-	0,16%
SVICENTE-BOAVISTA	258	-	-	0,80%
BOAVISTA-SVICENTE	3	-	-	0,01%
SVICENTE-SAL	262	-	-	0,81%
SNICOLAU-SAL	2	-	-	0,01%
KRIOLA/LIBERDADI	26 772	26 625	0,55%	82,77%
PRAIA D'AGUADA	4 939	-	-	15,27%
Total Geral	32 345	26 625	21,48%	100,00%

abaixo. A evolução verificada, deve-se principalmente à entrada em operações do navio PRAIA D'AGUADA, tendo transportado 4939 nas linhas servidas, em pouco mais de 4 meses. O impacto da sua entrada está patente nas novas linhas e no forte crescimento em determinadas linhas servidas, nomeadamente PRAIA-SÃO VICENTE (111%) e SÃO VICENTE - PRAIA (86,91%). Enquanto que as operações do KRIOLA/LIBERDADI mantiveram o fluxo aproximadamente no mesmo patamar do ano anterior.

Merece ainda realce as quebras da procura verificadas nas ligações com a ilha de São Nicolau e na linha FOGO-SANTIAGO, e o crescimento registado nas ligações com a ilha Brava

8. Organização Interna e Estrutura Orgânica da Empresa



9. Recursos Humanos

Em 31/12/2017, a CVFF tinha ao serviço, 60 colaboradores no ativo, sendo 52 do quadro efetivo. Dos efetivos, 12 eram do sexo feminino e 44 do sexo masculino, continuando a demonstrar-se um desequilíbrio na distribuição das quotas de género. Esse desequilíbrio deve-se, precisamente ao facto de os tripulantes serem, tradicionalmente, do sexo masculino.

No que concerne à estrutura habilitacional, a CVFF conta com 15 colaboradores com curso superior no seu quadro, denotando o elevado grau de competências, fundamentais para a atividade da CVFF.

No ano findo, a CVFF conseguiu almejar um objetivo que havia traçado em 2016 relativo aos procedimentos de recrutamento de pessoal marítimo, tendo os últimos recrutamentos para o navio Motor PRAIA D'AGUADA sido feitos de acordo com o perfil que se desejava para o referido navio.

Por último, é de se frisar que o número de efetivos aumentou de 43 no ano transato para 52 em 2017, devido exclusivamente à operacionalização do Navio Motor PRAIA D'AGUADA.

Relativamente à organização, os efetivos encontram-se distribuídos conforme os quadros abaixo:

Área	2015	2016	2017	
Administração	Financeiro	4	3	3
	Informática e Marketing	2	2	2
	Recursos Humanos	1	1	1
Operacional / Agências	MOC	3	2	2
	Terminal Mindelo	0	1	1
	Plateau	3	2	2
	Terminal Cargas Praia	5	6	6
	Porto Fogo	3	2	2
	Porto Brava	2	2	2
	Mindelo	3	3	4
Unidades Marítimas	Porto Novo	3	1	0
	KRIOLA	12	2	10
	Praia D'Agua	0	6	15
	LIBERDADI	8	10	2
Total	49	43	52	

Fermação	2015	2016	2017
Ensino Primário	3	7	9
Ensino Secundário	13	12	19
Formação profissional	7	4	4
Bacharel	8	7	5
Curso Superior	18	13	15
Total	49	43	52

Género	2015	2016	2017
Feminino	18	11	12
Masculino	31	32	40
Total	49	43	52

10. Sistema de Informação

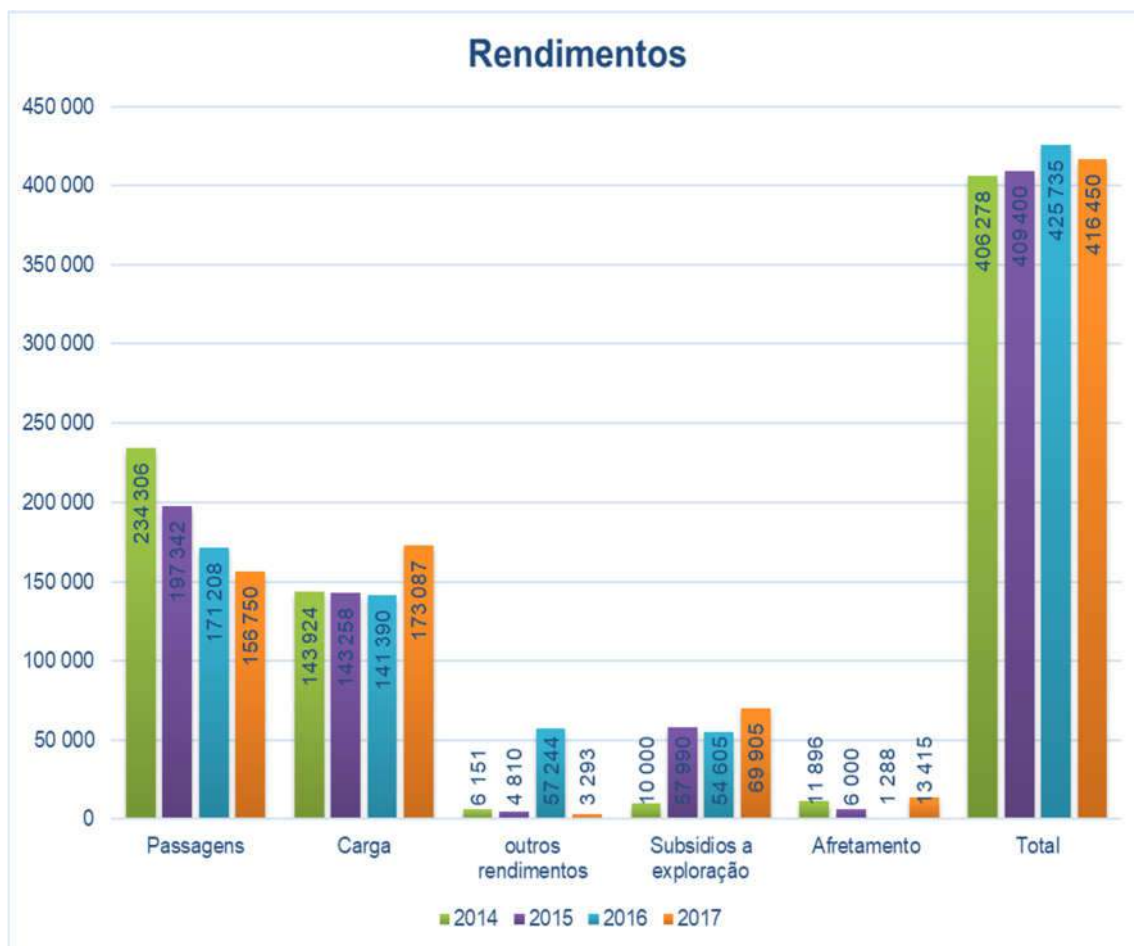
A nível geral, o ano de 2017 fica marcado pela entrada em funcionamento do navio PRAIA D'AGUADA que, derivado das suas características, trouxe novos desafios à companhia, em especial ao nível dos sistemas de informação e comunicação, que tiveram de ser adaptados mediante tais novas exigências.

Derivado desse crescimento, uma das principais responsabilidades do departamento seria a adaptação dos sistemas ao novo formato, o que antes funcionava para o sistema "RO-RO" passaria também a comportar de forma "híbrida" o sistema de "ESTIVA", com novas especificidades, que mereceriam uma profunda adaptação, destacando-se principalmente o Sistema de Venda de Bilhetes e o Sistema de Emissão de Ordens de Embarque.

Com os sistemas em funcionamento, deu-se continuidade ao seu monitoramento, com intervenções pontuais, garantindo assim uma maior eficiência, de forma a alcançar o proposto para o respetivo ano.

11. Análise Económica e Financeira

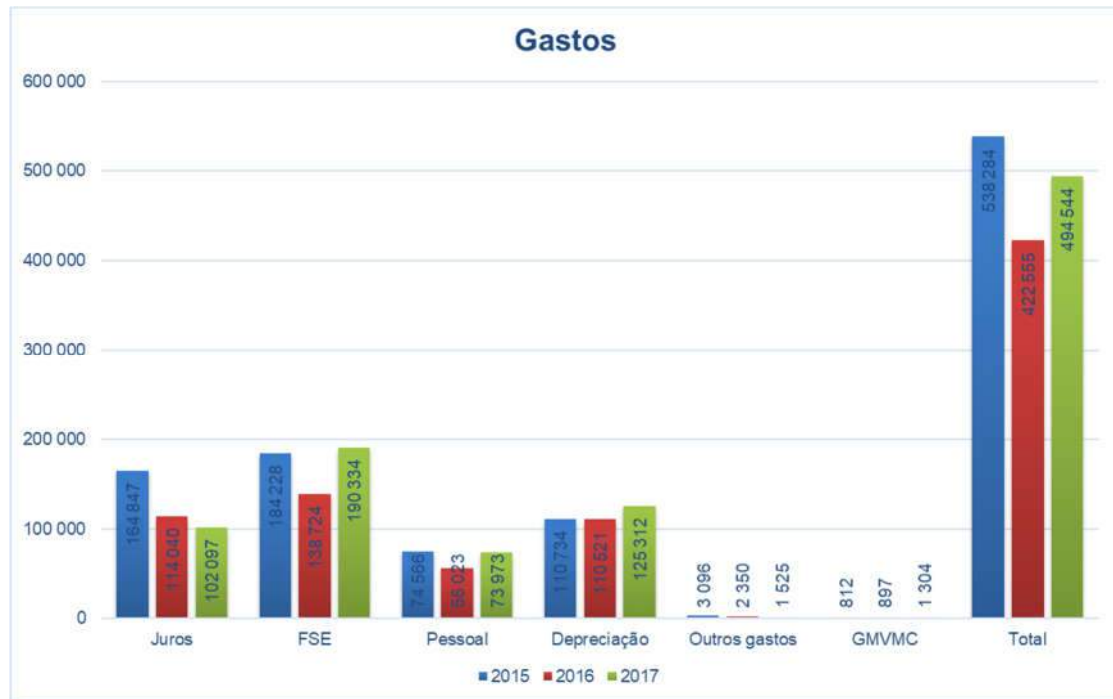
11.1 Situação Económica



Durante o ano de 2017 os rendimentos operacionais da CVFF, SA registaram o montante de 416 450 mESC, representando uma diminuição de 2,18% relativamente ao ano anterior, que é explicado pela variação nas seguintes rúbricas:

- Os rendimentos relacionados com a prestação de serviço de transporte de passageiros, registaram uma redução de 8,44%, menos mESC 14.158 que o período homólogo, resultado, principalmente, da redução da procura nos percursos servidos pelos navios LIBERDADI e KRIOLA, que pode ser explicado pela redução de 112 viagens nessas linhas por razões operacionais (ver 7.1); apesar da entrada em operações do PRAIA D´AGUADA tenha minorado o impacto. Outro aspecto que pode explicar essa evolução está relacionado com o aumento da oferta nos transportes aéreos, pela entrada de novo operador, e a forte campanha promocional das duas companhias, verificando-se quebra nos percursos marítimos mais longos e com maior tarifa.
- Os rendimentos relacionados com a prestação de serviço de transporte de carga, impulsionados pela entrada em operações do PRAIA D´AGUADA e abertura de novas rotas, registaram um crescimento de 22.44%.
- Os subsídios à Exploração, no montante de mESC 69 905, correspondem à estimativa de compensação pela prestação de serviço público durante 2017 nas ligações com as ilhas de São Nicolau e nas ligações com a ilha Brava.
- Quanto aos outros rendimentos e ganhos, a diminuição verificada está relacionada com a consideração em 2016 de um rendimento extraordinário, resultado das deliberações da Assembleia Geral de Obrigacionista, que aprovaram o pagamento dos juros em atraso naquela data, no montante de mESC 370 141, em prestações mensais de mESC 3 084, durante 10 anos. Sendo os juros em atraso pagos a longo prazo e sem remuneração, em caso de cumprimento (cerca de mESC 116 467), e remunerados à taxa anual de 2%, em caso de incumprimento (cerca de mESC 253 675), procedeu-se à determinação do valor presente dos valores a pagar por referência à taxa média ponderada das obrigações do tesouro a 10 anos (4, 56%), tendo os mesmos sido reduzidos em mESC 53 157, registado na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos.
- O valor de mESC 13 415 registado na rúbrica de afretamentos corresponde a serviços prestados na linha PRAIA-MAIO-PRAIA, durante o mês de setembro, em substituição do navio SOTAVENTO, por solicitação do MEE.

No que tange aos gastos, o gráfico abaixo apresenta a sua evolução.



Os gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas representam, na sua totalidade, os gastos de aquisição dos produtos vendidos a bordo dos navios. Em 2017 o valor situa-se em mESC 1 304 (mESC 897 em 2016), o que representa um aumento de 45% face ao ano 2016.

No que se refere aos gastos com fornecimentos e serviços externos, o ano 2017 apresenta um aumento de 37% em relação ao ano anterior, situando-se em mESC 190 334 (mESC 138 724 em 2016). Tal variação deve-se, essencialmente, à entrada em operações do navio PRAIA D´AGUADA, o que naturalmente implicou o aumento de alguns gastos diretos da operação, nomeadamente:

- O gasto com combustível, com um crescimento de 40%, atingiu o montante de mESC 91 700 (mESC 65 474 em 2016), representando um aumento de mESC 26 226, dos quais 21 391 mil contos foram abastecimentos efetuados ao navio PRAIA D´AGUADA. De referir ainda o aumento do preço dos combustíveis durante o ano de 2017;
- Nos gastos com serviços portuários, que incluem AMP e ENAPOR, registou-se o montante de mESC 50 139 (mESC 27 771 em 2016), o que corresponde a um

crescimento de 80%, sendo cerca de mESC 24 432 relacionados com as operações do PRAIA D´AGUADA.

O gasto com o pessoal apresentou um aumento de 32% comparado ao ano anterior, registando um total de mESC 73 973 (mESC 56 023 em 2016), justificado pelo aumento de efetivo em relação ao ano transato, essencialmente para atender à tripulação necessária ao navio PRAIA D´AGUADA.

Os gastos com depreciação sofreram um aumento de mESC 14 791 (mESC 125 312 em 2017; mESC 110 521 em 2016), correspondendo a um crescimento de 13%, justificado pelo início da amortização do PRAIA D´AGUADA e do investimento no acondicionamento do KRIOLA;

Quanto aos juros suportados com os empréstimos, a variação foi de 10% negativos face ao ano anterior (mESC 102 097 em 2017; mESC 114 040 em 2016) refletindo, por um lado, a diminuição da taxa de juros obrigacionista de 10% em 2015 para 4% a partir de 2016 para determinados grupos, acordada em Assembleia Geral Obrigacionista de 15 de Fevereiro de 2016, e, por outro, o processo normal de amortização dos empréstimos com a banca.

A evolução dos rendimentos e dos gastos explicitados acima, teve um impacto negativo nas contas de exploração, conforme ilustra o gráfico abaixo:



Em relação ao EBITDA, a empresa registou uma evolução desfavorável, diminuindo em 2017 34% face ao ano 2016, em resultado da diminuição dos rendimentos em mESC 9 285 e do aumento dos gastos em mESC 69 559, salvaguardando o impacto do reconhecimento, em 2016, de um rendimento extraordinário no montante de mESC 53 157, em razão do acordo obrigacionista.

O EBIT, considerando o aumento das depreciações e atendendo ao comportamento do EBITDA, regista-se uma evolução desfavorável, tendo atingido o montante de mESC 22 079 (mESC 113 378 em 2016).

Quanto ao EBT, regista-se um valor negativo na ordem de mESC 80 015 (mESC 553 negativos em 2016), uma evolução negativa face ao ano anterior, representando uma degradação de mESC 79 463.

11.2 Situação patrimonial

BALANÇO	31/12/2017	31/12/2016	Δ Val 16/15	Δ % 16/15
Activo não corrente	1 680 787	1 690 622	(9 835)	-0,6%
Activo corrente	285 050	160 487	124 563	78%
ACTIVO TOTAL	1 965 837	1 851 108	114 728	6%
Capital realizado	110 000	110 000	-	0%
Prestações suplementares	87 962	22 962	65 000	283%
Resultados transitados	(766 317)	(765 764)	(553)	0%
Resultado líquido	(80 015)	(553)	(79 463)	-14376%
CAPITAL PRÓPRIO	(648 370)	(633 355)	(15 015)	-2%
Passivo não corrente	1 764 936	1 954 106	(189 170)	-10%
Passivo corrente	849 271	530 358	318 914	60%
PASSIVO TOTAL	2 614 207	2 484 463	129 744	5%

No final de 2017 a posição patrimonial da cabo Verde Fast Ferry apresenta as seguintes variações:

Activo não corrente - A variação apresentada nesta rubrica corresponde, sobretudo, ao valor das depreciações anuais (mESC 125 312), dos investimentos no navio KRIOLA no valor de mESC 65 545 (mECV 85 759 em 2016) e do valor mESC 47 905 (mECV 14 365 em 2016) investido no navio PRAIA D'AGUADA durante 2017. Relativamente a este último, o valor acumulado do investimento é de mECV 271 132, incluindo o valor de incorporação (mECV 80 000) e as despesas de reconstrução (191 132). Em relação ao KRIOLA o investimento na sua reparação atingiu o montante acumulado de mESC 151 304.

Activo corrente - a variação mais significativa nesta rúbrica decorre do aumento das rúbricas: caixa e depósitos bancários no montante de mESC 20 413; clientes no valor mESC 13 058; contas a receber no valor de mESC 87 566, em resultado do reconhecimento da estimativa de indemnizações compensatórias no montante de mESC 69 905 a receber do Estado relativas ao ano de 2017, pela prestação do serviço público nas linhas deficitárias, e do montante de mESC 13 415 relacionado com a realização de viagens entre PRAIA-MAIO-PRAIA, no regime de serviço público, em substituição do navio SOTAVENTO.

Capital próprio - esta rúbrica apresenta valores negativos na ordem dos mESC 648 370, o que representa uma variação negativa de 2% relativamente a Dezembro de 2016, explicado pelo impacto negativo dos resultados do exercício (mESC 80 015), tendo sido minorado pela entrada de mESC 65 000 por parte do acionista Estado, a título de prestações acessórias, susceptíveis de serem convertidas em capital no futuro. Atendendo ao valor negativo dos capitais próprios, o Conselho de Administração propõe aos Acionistas que sejam tomadas as medidas impostas pelo artigo 137º do código das empresas comerciais.

Passivo não corrente - essa rúbrica apresenta uma diminuição de 10%, resultado da variação nas seguintes rubricas:

- Diminuição do valor do Financiamento obtido, pela transferência de mESC 154 763 para a rubrica passivo corrente, correspondente aos reembolsos previstos para 2018.
- Diminuição de outras contas a pagar, resultado da transferência das prestações a serem pagas em 2018 no valor de mESC 34 407 para Passivo Corrente, relacionado com o valor dos juros obrigacionistas renegociado em 2016.

Passivo corrente - esta rúbrica apresenta um aumento de 60% relativamente ao ano anterior, totalizando o montante mESC 849 271 (mESC 530 358 em 2016). Na base desse aumento temos essencialmente:

- Aumento de mESC 176 023 na rubrica outras contas a pagar, em resultado do aumento dos juros obrigacionista a pagar em mESC 81 453, do aumento do valor a pagar à CABNAVE (mESC 30 424) e DAMEN (mESC 16 377) e do pagamento feito pelo tesouro à RABOBANK no montante de mESC 41 866;
- Aumento do valor na rubrica de Financiamentos obtido correspondente aos reembolsos previstos para 2018.

- Aumento de mESC 34 747 na rubrica de Estados e outros entes Públicos.
- Aumento de mESC 29 452 na rubrica de Fornecedores.

12. Perspetivas de evolução futura

Atendendo que a última Assembleia Geral foi realizada em Maio de 2015, encontram-se pendentes a tomada de decisões relativamente às propostas de reestruturação financeira da empresa, nomeadamente quanto à resolução da situação de perda de capital e ao processo das concessões. Assim, o foco do Conselho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry para o ano 2018 continua a ser, de entre outros, o de:

- concluir o processo de reparação e certificação do navio Liberdadi, por forma a ter os 3 navios em atividade;
- posicionar como candidato à atribuição da Concessão de transporte marítimo inter-ilhas,
- Continuar a mobilizar recursos para o seu equilíbrio financeiro, conjugando os esforços da sua atividade, bem como de parceiros, para a obtenção de melhores fontes de financiamento;
- Mobilizar os Acionistas no sentido de resolver a situação de capital próprio negativo, por forma a credibilizar a empresa no mercado, permitindo o acesso ao contracto de concessão de linhas e fontes de financiamento mais favoráveis;
- Reorganizar a empresa e a sua estrutura funcional para responder, efetivamente, às necessidades de funcionamento, dotando-a de uma organização capacitada e competente, à altura da exigência técnica da sua área de atividade;
- Continuar a elaboração e adoção de um conjunto de normativos internos para as diversas áreas de serviço e de gestão dos seus recursos, com vista a melhorar a qualidade na gestão dos seus processos;
- Implementar um serviço para carga, próprio, de ou em parceria com terceiros, com vista a ganhos de eficiência e controle, através de operacionalização de espaços de receção e tratamento de cargas, prestando um serviço de qualidade aos seus clientes;
- Continuar a desenhar medidas, soluções, e práticas, que resultem em melhorias nas operações das suas unidades, bem como dos serviços;
- Manter uma política de racionalização dos gastos;
- Apostar na formação interna como forma de capacitar os efetivos e melhorar os seus índices de performance.

13. Acontecimentos após a data do balanço

A CABO VERDE FAST FERRY, S.A., manifestou a 05 de Março de 2018 o interesse em participar do procedimento de concurso publico internacional por prévia qualificação - Ref:#001/UASE/2018 - para atribuição da concessão do serviço público de transporte marítimo de passageiros e carga entre ilhas, juntando para o efeito os documentos solicitados no convite para manifestação de interesse e legislação aplicável. Aguarda-se, à presente data, os resultados do concurso.

14. Agradecimentos

O Conselho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry manifesta o seu reconhecimento às Autoridades Marítimas, designadamente a ENAPOR, Direcção Geral das Alfândegas, a Agência Marítima e Portuária e a Polícia Marítima, pelo sentido de colaboração revelado ao longo do ano.

Dirige também, uma palavra de especial agradecimento ao Fiscal Único, aos Acionistas e aos Obrigacionistas, bem como a todos os que, no interior da organização, com o seu empenho tornaram possível o serviço prestado pela Cabo Verde Fast Ferry.

A Cabo Verde Fast Ferry agradece, ainda, essencialmente ao Estado de Cabo Verde, aos Clientes e aos Fornecedores, pelo apoio e parceria demonstrado nesta fase crítica da sua existência.

15. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o prejuízo apurado no exercício económico de 2017, no valor de mESC 80 015, seja transferido para Resultados Transitados.

Praia, 20 de maio de 2018

O conselho de Administração



Paiva Jorge da Rosário, Presidente



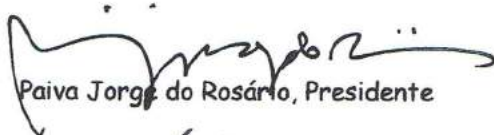
Aniceto João Silva Soares, Administrador

16. Declaração de Cumprimento

Nos termos e para os efeitos do disposto no código das Sociedades Comerciais cada um dos membros do Conselho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry S.A. abaixo identificados, nomeadamente, subscreveu a declaração do seguinte teor:

"Declaro, nos termos e para os efeitos do previsto no código das Sociedades Comerciais que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras da Cabo Verde Fast Ferry S.A. foram elaboradas em conformidades com as normas e princípios contabilísticos aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Cabo Verde Fast Ferry S.A. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2017 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras".

O Conselho de Administração



Paiva Jorge do Rosário, Presidente



Aniceto João Silva Soares, Administrador



I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

BALANÇO	Data de referência		
		31/12/2017	31/12/2016
	Notas	Valores	Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3		
Terreno e recursos naturais		2 111	2 111
Equipamento básico		1 674 406	1 684 055
Equipamento administrativo		2 542	2 056
Equipamentos Transporte		1 728	2 400
Total do activo não corrente		1 680 787	1 690 622
Activo corrente			
Andiantamento a Fornecedores		10 801	7 276
Clientes	4	27 746	14 688
Estado e outros entes públicos	5	314	313
Contas a receber	6	206 473	118 907
Caixa e depósitos bancários	7	39 420	19 007
Diferimentos		296	296
Total do activo corrente		285 050	160 487
Total do activo		1 965 837	1 851 108
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	8		
Capital realizado		110 000	110 000
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		87 962	22 962
Resultados transitados		(766 317)	(765 764)
Resultado líquido do período		(80 015)	(553)
Total do capital próprio		(648 370)	(633 355)
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		(648 370)	(633 355)
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9	1 546 401	1 701 164
Outras contas a pagar	11	218 535	252 942
Total do passivo não corrente		1 764 936	1 954 106
Passivo corrente			
Fornecedores	10	71 110	41 658
Estado e outros entes públicos	5	83 658	48 911
Financiamentos obtidos	9	337 009	258 442
Adiantamentos de Clientes		334	210
Outras contas a pagar	11	357 160	181 137
Diferimentos		-	-
Total do passivo corrente		849 271	530 358
Total do passivo		2 614 207	2 484 463
Total do capital próprio e do passivo		1 965 837	1 851 108

CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO

DE 2017 E 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO 2016

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	PERÍODO		
		2017	2016
	Notas	Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviços	13	345 705	316 229
Subsídios à exploração	14	69 905	54 605
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas		(1 304)	(897)
Resultado operacional bruto		414 307	369 937
Fornecimentos e serviços externos	15	(190 334)	(138 724)
Valor acrescentado bruto		223 973	231 213
Gastos com o pessoal	16	(73 973)	(56 023)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(2 316)	(3 733)
Provisões (aumentos/reduções)		(28)	
Outros rendimentos e ganhos	17	1 260	54 792
Outros gastos e perdas	18	(1 525)	(2 350)
Resultado antes de depreciações, amortizações,		147 391	223 899
Gastos/Reversões de depreciação amortização	3	(125 312)	(110 521)
Perdas de Financiamento			
Resultado operacional		22 079	113 378
Juros e ganhos similares Obtidos	19	2	109
Juros e perdas similares suportados	19	(102 097)	(114 040)
Resultado antes de Impostos		(80 015)	(553)
Imposto sobre o rendimento do período	1.8		
Resultado líquido do período		(80 015)	(553)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		(80 015)	(553)
Média Poderada de acções		110 000	110 000
Resultado por acção básico (ESC)	20	(727)	(5)



CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO

DE 2017 E 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO 2016

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO		
	Notas	2017	2016
Método Indirecto			
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Resultado líquido do exercício		(80 015)	(553)
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações		125 312	110 521
Imparidades (perdas/reversões)		2 316	3 733
Juros e rendimentos similares obtidos		(2)	(109)
Juros e gastos similares suportados		102 097	114 040
Outros gastos e rendimentos		(1 260)	(54 792)
Contas a receber (aumentos/diminuições)		(100 914)	(62 575)
Gastos diferidos (aumentos/diminuições)			
Contas a pagar (aumentos/diminuições)		65 789	20 922
Rendimentos diferidos (aumentos/diminuições)			-20000
Outros activos correntes (aumentos/diminuições)			
Outros passivos correntes (aumentos/diminuições)			
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		113 322	111 187
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(70 868)	(101 359)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		2	109
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		(70 866)	(101 250)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		65 000	
Outras variações no capital próprio			63 176
Outras operações de financiamento		98 768	76 950
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(137 124)	(98 492)
Juros e gastos similares		(48 687)	(48 221)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(22 043)	(6 587)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 +2+3)		20 413	3 349
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		19 007	15 658
Caixa e seus equivalentes no fim do período		39 420	19 007





CABO VERDE FAST FERRY, SA
 SEDE: Plateau - Praia
 NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2017 E 30 DE DEZEMBRO DE 2017
E 1 DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Escudos - MESC)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)				Total	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do período		
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	110 000	22 962	(700 057)	(128 884)	(695 979)	(695 979)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO							
Resultado líquido do período	4	-	-	63 176	(553)	(553)	(553)
Alterações nas políticas contabilísticas e as correcções de erros				63 176		63 176	63 176
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	63 176	(553)	62 623	62 623
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Outras operações com detentores de capital	3	-	-	-	-	-	-
Aplicação de Resultado de ano anterior				(128 884)			
POSICÕES NO FIM DE 31-12-2016	1+2+3+4	-	-	(128 884)	-	-	-
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	110 000	22 962	(765 764)	(553)	(633 355)	(633 355)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO				(765 764)	(553)	(633 355)	(633 355)
Resultado líquido do período	4	-	-	-	(80 015)	(80 015)	(80 015)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Outras operações com detentores de capital	3	-	65 000	-	-	65 000	65 000
Aplicação de Resultado de ano anterior				(553)			
POSICÕES NO FIM DE 31-12-2017	1+2+3+4	110 000	87 962	(766 315)	(80 015)	(648 370)	(648 370)



II. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Informação Geral

A Cabo Verde Fast Ferry, SA (adiante designada por Cabo Verde Fast Ferry ou Sociedade), foi criada em Julho de 2008. O capital social da Sociedade, totalmente realizado no montante de mESC 110 000, é detido por entidades privadas e públicas (ver Nota 8).

O objecto social da Cabo Verde Fast Ferry, definido pelos seus Estatutos, consiste no exercício da atividade de exploração de navios próprios de comércio de transporte marítimo, de mercadorias e passageiros.

0. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de Fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

Apesar de apresentar capital próprio negativo em 31 de Dezembro de 2017, a Sociedade apresentou as suas Demonstrações financeiras com base no princípio de continuidade das operações, pelo facto de ter recebido confirmação do acionista maioritário, Estado de Cabo Verde, de que irá disponibilizar os recursos financeiros e outros necessários para permitir a Cabo Verde Fast Ferry honrar as suas obrigações e levar a cabo o seu plano de negócios. Este apoio inclui os montantes necessários para a Sociedade satisfazer os compromissos assumidos para com terceiros (ver Notas 6, 9 e 14).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para divulgação em 28 de maio de 2018.

1. Resumo das principais políticas contabilísticas adoptadas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Ativos fixos tangíveis e depreciações

Os ativos fixos tangíveis compreendem (i) três barcos ("KRIOLA", "LIBERDADI" e "PRAIA D'AGUADA"), expressos ao (a) custo de construção, acrescido dos respetivos encargos financeiros e outros gastos, nos casos de "KRIOLA" e "LIBERDADI", e (b) ao valor de aquisição, acrescido de encargos adicionais, no caso do Praia D'Aguada, e (ii) terrenos e equipamentos administrativos e de transporte, expressos ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de fatura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, líquidos das respetivas depreciações acumuladas (ver Notas 1.3 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provado que benefícios económicos futuros fluirão para a Sociedade e o gasto do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Depreciações

Os navios Kriola e Liberdadei entraram em operação em Janeiro de 2011 e Abril de 2014, respetivamente, e estão sendo depreciados pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, ao longo de um período de 17 anos (taxa anual de 5.88%), o qual reflete razoavelmente a sua vida útil estimada segundo a construtora, DAMEN.

O navio PRAIA D' AGUADA entrou em operação em agosto de 2017 e está sendo depreciado pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, ao longo de um período de 10 anos (taxa anual de 10%), o qual reflete razoavelmente a sua vida útil estimada.

As depreciações dos equipamentos administrativos e de transporte são calculadas sobre os valores de aquisição pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas de 12.5% e 20%, respetivamente, refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

1.2 Imparidade de Ativos

Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.3 Contas a receber de Clientes e de Outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal ou, caso aplicável, pelo valor descontado, calculado por referência à taxa de juro média do mercado, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 4 e 6).

1.4 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos bancários inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses.

1.5 Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objecto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital

1.6 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos gastos de transação, quando incorridos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e integram o custo dos barcos que financiam durante o período de construção. Após esse período são contabilizados na rubrica de Resultados financeiros da demonstração de resultados. Os empréstimos

são registados pelo valor líquido dos gastos de operação, os quais são considerados como uma parcela dos juros suportados em cada período.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.7 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

A Sociedade obteve o Certificado do Investidor Externo, o qual lhe conferiu determinados incentivos e facilidades previstos na Lei para o respetivo sector de atividade, no caso o marítimo, nomeadamente a isenção do Imposto Único sobre Rendimentos (IUR) durante o período de cinco anos (2011 a 2015).

Findo o período de isenção, a Sociedade ficou abrangida pelo Decreto-Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro de 2015, que aprovou o Regulamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos do referido Decreto-Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25%. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-lei nº1/96, de 15 de Janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são suscetíveis de dedução a lucro fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência. Usufruindo de isenção de 100% nos cinco (5) primeiros anos, os prejuízos fiscais dos exercícios de 2010 a 2015 não geram impostos diferidos ativos.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2013 a 2017 podem vir a ser corrigidos.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Sociedade espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.8 Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado (i) que existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efetuadas as transações com o estrangeiro e (ii) as vendas e compras são efetuadas em Escudos e (iii) os financiamentos estão expressos em Escudos.

1.9 Risco de taxa de juro

Os principais empréstimos vencem juros à taxa fixa, embora tenham sido objeto de negociações, e um outro empréstimo vence juros à taxa variável, podendo, entretanto, no início de cada período de contagem dos juros optar por uma taxa fixa. Assim, a Sociedade encontra-se sujeita ao risco da variação da taxa de juro.

Não existem "swaps" de taxas de juro.

1.10 Risco de liquidez

A informação relativa à liquidez em cada um dos anos, pode ser apresentada da seguinte forma:

	mESC	
	2017	2016
Fundo de Maneio (Capital Permanente - Activo Fixo Ñ Corrente)	(634 127)	(369 871)
Necessidades Cíclicas de exploração	175 428	141 184
Recursos Cíclicos de exploração	155 102	90 779
Necessidades Cíclicas - Recursos Cíclicos	20 327	50 406
Tesouraria Activa	39 716	19 302
Tesouraria passiva	694 170	439 579
Tesouraria Líquida (Tesouraria Activa - Tesouraria passiva)	(654 454)	(420 277)

Conforme evidenciado acima, em 2017, a tesouraria da Sociedade continua a ser negativa.

A Sociedade espera suprir as suas necessidades de tesouraria em 2018 com (i) a consolidação das operações da embarcação Praia D'Aguada, o que permite alargar a base de receitas, (ii) reforçar o fundo de maneio da empresa pela entrada de Capitais Permanentes, preferencialmente pela via dos Capitais Próprios; ((iii) manutenção do apoio financeiro por parte dos acionistas, com especial destaque para o Estado, (iv) garantir por parte do Estado a atribuição da concessão definidas no quadro dos estudos de reestruturação do sector.

1.11 Reconhecimento do rédito

Vendas e prestações de serviços

O produto das vendas decorrentes do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como proveito do exercício, independentemente do transporte ter sido ou não efetuado, dado que, regra geral, os bilhetes são utilizados nas viagens para que foram emitidos.

As comissões concedidas aos agentes pela venda de bilhetes integram a demonstração de resultados do exercício em que as vendas são efetuadas.

Os subsídios do Governo só são reconhecidos após existir segurança de que a Sociedade cumprirá as condições a eles associadas e os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

1.12 Créditos e débitos em moeda estrangeira

As transações foram efetuadas essencialmente em Euros, cuja paridade face ao Escudo é fixa. Existindo transações em outra moeda estrangeira são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio histórico da data em que ocorrem, sendo os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira, no final do exercício, atualizados

para Escudos resultantes da aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como os potenciais, são reconhecidas nos resultados.

1.13 Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados, são registados no balanço nas rubricas de Outras Contas a pagar (ver Nota 11) e Outras Contas a receber (ver Nota 6).

1.14 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas e os tripulantes dos navios têm anualmente direito a quatro meses de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica de Outras Contas a pagar (ver Nota 11).

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.15 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais.

2. Fluxos de caixa

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os 3 meses. Adicionalmente consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações Financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a 3 meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa, assim como os apoios de tesouraria de curto prazo, obtidos ou concedidos de Bancos ou de participantes de capital.

3. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações acumuladas são como se segue:

	Terrenos e Recursos naturais		Equipamento Básico			Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total geral
		Em curso	Firme	Total				
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2016								
Valor de aquisição		208 862	1 847 267	2 056 128	2 902	7 201	2 066 232	
Depreciação acumulada	-	-	(363 198)	(363 198)	(1 111)	(4 486)	(368 795)	
Imparidade acumulada								
Valor escriturado		208 862	1 484 069	1 692 930	1 791	2 715	1 697 437	
VARIAÇÕES EM DEZEMBRO 2016								
Valor líquido inicial		208 862	1 484 069	1 692 930	1 791	2 715	1 697 437	
Aquisições	2 111	100 125		100 125	1 350	120	103 705	
Depreciação do exercício			(109 000)	(109 000)	(741)	(780)	(110 521)	
Imparidades do período								
Reverão de imparidades								
Valor líquido	2 111	308 987	1 375 069	1 684 055	2 400	2 056	1 690 622	
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016								
Valor de aquisição	2 111	308 987	1 847 267	2 156 253	4 252	7 321	2 169 937	
Depreciação acumulada	-	-	(472 198)	(472 198)	(1 852)	(5 266)	(479 315)	
Imparidade acumulada								
Valor escriturado	2 111	308 987	1 375 069	1 684 055	2 400	2 056	1 690 622	
VARIAÇÕES EM DEZEMBRO 2017								
Valor líquido inicial	2 111	308 987	1 375 069	1 684 055	2 400	2 056	1 690 622	
Transferências								
Aquisições		113 999		113 999		1 478	115 477	
Transferências		(422 437)	422 437	-				
Depreciação do exercício			(123 648)	(123 648)	(672)	(993)	(125 312)	
Valor líquido	2 111	549	1 673 858	1 674 406	1 728	2 542	1 680 787	
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017								
Valor de aquisição	2 111	549	2 269 703	2 270 252	4 252	8 800	2 285 414	
Depreciação acumulada			(595 846)	(595 846)	(2 523)	(6 258)	(604 627)	
Valor escriturado	2 111	549	1 673 857	1 674 406	1 728	2 542	1 680 787	

As adições em Equipamento básico relacionam-se com os recondicionamentos, em 2017, dos navios Praia D'Agua e Kriola, nos montantes de mEsc 271 132 e mESC 151 304, respectivamente. Os correspondentes saldos em 2016, em curso, nos montantes de mEsc 14 365 e mEsc 85 759 foram transferidos em 2017 para Equipamento básico firme.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se dados em garantia de financiamentos (ver Nota 9).

4. Clientes

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2017	2016
Instituições públicas	7 460	5 654
Partidos políticos	2 157	2 157
Tecnical Industria	4 894	307
Bacus	1 495	1 032
Elevo	1 126	1 032
Cavibel	912	2
Moave	900	-
Camara Municipal do Tarrafal de S. Nicolau	426	361
Ímpar CV	965	923
TACV	125	1 004
Outros	13 493	6 104
	33 952	18 577
Imparidade de dívidas de Clientes	(6 206)	(3 890)
	27 746	14 688

As perdas por imparidade foram em 2017 reforçadas em mESC 2 316 (2016: mESC 3 862). O saldo resultante é considerado adequado em 31 de dezembro de 2017 para fazer face aos riscos de cobrança identificados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial.

5. Estado e outros entes públicos

O saldo devedor de mESC 314 (2016: mESC 313) representa, essencialmente, imposto sobre juros de obrigações e juros de depósito a prazo retido na fonte.

O saldo credor de mESC 83 658 (2016: mESC 48 911) compreende, essencialmente, (i) mESC 18 825 (2016: mESC 12 558) de retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal, (ii) mESC 18 149 (2016: mESC 6 404) de contribuições da Sociedade para a previdência social e (iii) mESC 44 676 (2016: mESC 28 519) referentes ao Imposto sobre o Valor Acrescentado a pagar ao Estado, relativos aos anos anteriores e 2017, dos quais mESC 18 051, mESC 16 749 e mESC 42 454, respetivamente, se encontram em mora à data do balanço.

6. Outras contas a receber

	mESC	
	2017	2016
Ministério de Economia e Emprego	61 156	61 156
Agências de viagem	7 039	2 800
Outras	851	845
	69 046	64 801
Devedores por Acréscimo de Rendimentos		
Ministério de Economia e Emprego	137 926	54 605
	206 972	119 406
Imparidade de dívidas a receber	(499)	(499)
	206 473	118 907

Ministério da Economia e Emprego

O saldo de mESC 61 156, transitado do exercício anterior, resulta da compensação financeira pela prestação do serviço público nas ilhas do norte, aprovada pelo Ministério da Economia e Emprego, sendo mESC 63 176 referentes ao ano de 2015 e mESC 17 980 relativos à parcela remanescente ainda por receber respeitante ao ano de 2014, deduzidos de mESC 20 000 recebidos adiantadamente (ver Nota 12).

Essas compensações derivam da proposta financeira de prestação de serviço público de transporte marítimo apresentado pela Cabo Verde Fast Ferry e aprovada pelo então Ministério das Infraestruturas e Transportes em Dezembro de 2015, atendendo a que essas linhas do norte, com destaque para as ligações com a ilha de São Nicolau, são reconhecidamente deficitárias.

O saldo de mESC 137 9626 em devedores por acréscimo de rendimentos, compreende (i) a estimativa da compensação para os anos de 2016 (mESC 54 605) e de 2017 (mESC 69 905), este último ainda não submetido à apreciação e aprovação do Ministério de Economia e Emprego; Esta estimativa foi feita com base nos mesmos procedimentos de determinação dos deficits de 2014 e 2015; e (ii) mESC 13 415 a receber pelas viagens realizadas, em Setembro de 2017, na linha Praia/Porto Inglês/Praia, em regime de serviço público de transporte marítimo, substituindo o navio SOTAVENTO que viu-se obrigada a suspender o serviço para vistoria anual de renovação dos certificados.

O subsídio de 2015, atribuído em agosto de 2017, no montante de mESC 63 176, foi registado em 2016 por contrapartida de Resultados transitados (ver Nota 8).

Agências de viagem

O saldo representa valores a receber pela venda de bilhetes de passagem, já deduzidos das comissões.

Imparidades

Não se registou qualquer movimento em imparidades em 2017. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é considerado adequado para fazer face aos riscos de cobrança identificados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial.

7. Caixa e depósitos bancários

	mESC	
	2017	2016
Caixa	1 306	1 333
Depósitos a ordem		
Banco Caboverdiano de Negocio	6 698	2 271
Banco Africano de Investimentos	2 890	747
Banco Interatlântico	1 287	1 161
Caixa Económica de Cabo Verde	1 004	172
Banco Comercial do Atlântico	26 102	4 192
	37 981	8 544
Depósitos a prazo		
Caixa Económica de Cabo Verde	133	9 131
	39 420	19 007

O depósito a prazo na Caixa Económica de Cabo Verde vence juros à taxa anual de 2,75 %.

8. Capital próprio

Os movimentos registados em 2017 e 2016 nesta rúbrica encontram-se evidenciados na Demonstração de alterações no capital próprio.

Em 31 de Dezembro de 2017 o capital próprio é negativo em mESC 648 370 (2016: negativo em mESC 633 355). De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 137º do Código das Empresas Comerciais, o Conselho de Administração, através do seu relatório de gestão, propõe aos acionistas a resolução desta situação na próxima Assembleia Geral.

Em Assembleia Geral de 19 de Dezembro de 2013, os acionistas da CVFF, em face da não materialização da realização da parte remanescente do capital social da Sociedade, decidiram aceitar a subscrição pelo Estado de Cabo Verde de 53,19% do capital social da CVFF, pelo montante de mESC 58 508, através de incorporação do navio "Praia D'Aguada", cujo valor resultante da avaliação apresentada pelo Estado, deduzido de um desconto de 21,57%, ascende a mESC 80 000. A diferença entre os dois valores atrás referidos (mESC 21 492) deverá ser igualmente convertida em capital, conforme deliberação tomada em Assembleia Geral e Resolução do Conselho de Ministros, razão pela qual se encontra registada em Instrumentos de capital próprio.

O movimento de mESC 65 000 ocorrido em 2017 na rubrica de Prestações suplementares e outros instrumentos de capital corresponde ao valor atribuído pelo acionista Estado para a conclusão dos trabalhos dos navios Praia D' Aguada e Kriola, o qual, de acordo com o contrato, deverá ser convertido em capital.

O movimento a débito de mESC 553 ocorrido na rubrica de Resultados transitados corresponde ao resultado líquido negativo do exercício de 2016 (2016: 128 884 correspondentes ao resultado líquido negativo de 2015). Em 2016, registou-se ainda um movimento a crédito (mESC 63 176) referente ao subsídio de exploração relativo ao exercício de 2015 registados em 2016 (ver Nota 14).

9. Financiamentos obtidos

	2017			2016		
	Correntes	Não correntes	Total	Correntes	Não correntes	Total
Mercados de Valores Mobiliários - Empréstimos por obrigações	A					
GRUPO A	-	207 490	207 490	-	207 490	207 490
GRUPO B	-	969 279	969 279	-	969 279	969 279
GRUPO C	-	275 656	275 656	-	275 656	275 656
	-	1 452 425	1 452 425	-	1 452 425	1 452 425
Empréstimos bancários						
Rabobank	B	118 271	-	118 271	116 369	194 720
Caixa Económica de Cabo Verde						
Financiamento - mESC 70 000	C	16 414	1 442	17 857	17 857	32 751
Financiamento - mESC 60 000	D	11 089	-	11 089	20 417	31 506
		27 504	1 442	28 946	35 312	64 258
Outros empréstimos						
Banco do Tesouro	E	56 629	90 848	147 477	27 935	147 477
Damen - KRIOLA	F	20 214	1 686	21 900	21 337	43 237
Descoberto Bancário (Banco Tesouro)	G	114 391	-	114 391	57 489	57 489
		337 009	1 546 401	1 883 410	258 442	1 959 606

Os financiamentos não correntes têm a seguinte maturidade:

	Tesouro	CECV	Damen	Obrigacionista
2019 - 2020	59 750	1 442	1 686	359 550
2021 - 2022	31 098	-	-	304 120
Após 2022	-	-	-	788 755
Total	90 848	1 442	1 686	1 452 425

A. Mercados de Valores Mobiliários - Empréstimo obrigacionista

A Sociedade procedeu, em 2009, a uma Oferta Particular de Subscrição e de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 1 500 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de ESC 1 000 cada, subscritas pelos bancos identificados. Na ocasião foram subscritas 1 300 000 obrigações, tendo sido posteriormente e até à presente data vendidas mais 152 425 obrigações, pelo que se encontram ainda por realizar 47 575 obrigações.

O saldo do empréstimo obrigacionista resulta do valor total das obrigações emitidas e realizadas, já deduzidos dos respetivos encargos com a emissão, como segue:

Banco	Saldo em 31.12.17
Caixa Económica de Cabo Verde	530 426
Banco Africano de Investimentos	434 650
Banco Comercial do Atlântico	284 901
Obrigações vendidas após subscrição inicial	152 958
Banco Interatântico	39 508
Banco Caboverdiano de Negócios	9 983
	1 452 425

Em Assembleia Geral Extraordinária dos Obrigacionistas, realizada a 15 de Fevereiro de 2016, foi aprovada a proposta de reestruturação do empréstimo obrigacionista, com as seguintes deliberações:

1. Cisão das obrigações em 4 grupos
2. Alargamento da maturidade das obrigações para 2029
3. Amortização do empréstimo obrigacionista em prestações, com início em 2019 e término em 2029
4. Pagamento dos juros obrigacionistas em atraso em 120 prestações mensais

Os principais termos e condições de cada um dos 4 grupos de obrigações, segundo as deliberações da AGO de 15/02/16, que veio alterar o acordo de 2012, resumem-se como segue:

GRUPO A

Moeda da Emissão	Escudos Cabo-verdianos
Montante Máximo:	207.490.000\$00
Prazo	Prazo total de 10 anos (Prazo inicial de 6 anos; renovada por mais 4 anos)
Modalidade de Subscrição	Pública
Valor Nominal	1.000 ECV (mil escudos)
Preço de Subscrição	Ao par (1.000 ECV por obrigação)
Modo de Realização	Reconversão integral no ato de subscrição
Representação	Escritural
Data de subscrição	2009
Código ISIN	CVCFFAOM0005
Finalidade da Emissão	Obter o financiamento necessário à aquisição de dois barcos rápidos e novos para operarem no transporte marítimo de passageiros e cargas no país.
Taxa de juro	A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de juros será da seguinte forma: 1º ao 5º Cupão (Janeiro/2010 a Janeiro/2012): fixa e igual a 9% anual 6º ao 10º Cupão:(Julho/2012 a Julho/2014) fixa e igual a 7,5% anual 11º ao 12º Cupão :(Janeiro/2015 a Julho/2015): fixa e igual a 8,75% anual 13º ao 20º Cupão::(Janeiro/2016 a Julho/2019): fixa e igual a 10 %
Pagamento de juros	O pagamento de juros efetuar-se-á semestral e postecipadamente.
Base de cálculo dos juros	30/360
<i>Business Days</i>	Dias úteis na Cidade da Praia.
Reembolso	A amortização será efetuada ao par, de uma só vez, na data de pagamento do 20º cupão (Julho de 2019).
Reembolso antecipado: <i>Call Provisions</i>	A Emitente fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal ou parcial da dívida <i>outstanding</i> ao fim do 1º ano, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

GRUPO B

Moeda da Emissão	Escudos Cabo-verdianos
Montante Máximo:	969.279.000 \$00
Prazo	Prazo total de 20 anos (Prazo inicial de 6 anos; primeira renovação por mais 4 anos; segunda renovação por mais 10 anos)
Modalidade de Subscrição	Pública
Valor Nominal	1.000 ECV (mil escudos)
Preço de Subscrição	Ao par (1.000 ECV por obrigação)
Modo de Realização	Reconversão integral no ato de subscrição
Representação	Escritural
Data de subscrição	2009
Código ISIN	CVCFBOM0004
Finalidade da Emissão	Obter o financiamento necessário à aquisição de dois barcos rápidos e novos para operarem no transporte marítimo de passageiros e cargas no país.
Taxa de juro	A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de juros será da seguinte forma: 1º ao 5º Cupão (Janeiro/2010 a Janeiro/2012): fixa e igual a 9% anual 6º ao 10º Cupão:(Julho/2012 a Julho/2014) fixa e igual a 7,5% anual 11º ao 12º Cupão:(Janeiro/2015 a Julho/2015): fixa e igual a 8,75% anual 13º Cupão:(Janeiro/2016): fixa e igual a 10 % 14º ao 40º : (Julho/2016 a Julho/2029): Cupão : fixa e igual a 4%
Pagamento de juros	O pagamento de juros efetuar-se-á semestral e postecipadamente.
Base de cálculo dos juros	30/360
<i>Bussiness Days</i>	Dias úteis na Cidade da Praia.
Reembolso	A liquidação do principal será feita de forma parcial e em iguais parcelas semestrais de 48.464.000\$00 a partir do 21º semestre (31/01/2020) inclusive.
Reembolso antecipado: <i>Call Provisions</i>	A Emitente fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal ou parcial da dívida <i>outstanding</i> ao fim do 1º ano, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

GRUPO C

Moeda da Emissão	Escudos Cabo-verdianos
Montante Máximo:	275.656.000\$00
Prazo	Prazo total de 15 anos (Prazo inicial de 6 anos; primeira renovação por mais 4 anos; segunda renovação por mais 5 anos).
Modalidade de Subscrição	Pública
Valor Nominal	1.000 ECV (mil escudos)
Preço de Subscrição	Ao par (1.000 ECV por obrigação)
Modo de Realização	Reconversão integral no ato de subscrição
Representação	Escritural
Data de subscrição	2009
Código ISIN	CVCFCOM0003
Finalidade da Emissão	Obter o financiamento necessário à aquisição de dois barcos rápidos e novos para operarem no transporte marítimo de passageiros e cargas no país.
Taxa de juro	A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de juros será da seguinte forma: 1º ao 5º Cupão (Janeiro/2010 a Janeiro/2012): fixa e igual a 9% anual 6º ao 10º Cupão: (Julho/2012 a Julho/2014) fixa e igual a 7,5% anual 11º ao 12º Cupão: (Janeiro/2015 a Julho/2015) fixa e igual a 8,75% anual 13º Cupão: (Janeiro/2016): fixa e igual a 10 % 14º ao 30º Cupão: (Julho/2016 a Julho/2024): fixa e igual a 4%
Pagamento de juros	O pagamento de juros efetuar-se-á semestral e postecipadamente.
Base de cálculo dos juros	30/360
<i>Business Days</i>	Dias úteis na Cidade da Praia.
Reembolso	A liquidação do principal será feita de forma parcial e em iguais parcelas semestrais de 27.566.000\$00 a partir do 21º semestre (31/01/2020) inclusive.
Reembolso antecipado: <i>Call Provisions</i>	A Emitente fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal ou parcial da dívida <i>outstanding</i> ao fim do 1º ano, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

Grupo D

Corresponde às Obrigações na posse da CABO VERDE FAST FERRY no valor de mESC 47 575, ainda não subscritas.

Outros termos gerais do empréstimo resumem-se como segue:

- (i) O empréstimo obrigacionista tem ainda subjacente um Acordo de recompra dos Navios, emitido pela DAMEN Shipyard, nos termos do qual o preço de recompra será de 40% ou 30% do preço de aquisição, conforme essa decorra nos três ou quatro anos seguintes à entrega do navio, respetivamente. A Sociedade deverá ainda suportar os custos relacionados com a diferença de condições do casco e maquinaria dos navios entre a entrega e reexpedição, determinada por um perito e uma comissão de 0,25% sobre preço de aquisição por ano a pagar à DAMEN, durante o período de resgate.
- (ii) Além dos barcos, todos os ativos tangíveis e intangíveis da Sociedade respondem perante os compromissos com as obrigações, cujo saldo contabilístico total à data do balanço ascende a mESC 1 680 787.

Estima-se em cerca de mESC 70 546 de encargos financeiro com as obrigações em 2018.

B. RABOBANK - Cooperatieve Centrale Raiffeisen-Boerenleekbank B.A

Representa o valor remanescente do empréstimo equivalente a 3 400 000 Euros (equivalentes a mESC 374 901) obtido em Setembro de 2013, destinado a financiar parte da dívida à DAMEN relativa à construção do navio "LIBERDADI", os juros de mora e parte do custo com a estadia do navio em Singapura. O desembolso daquele montante ocorreu em Dezembro de 2013, pagos diretamente à Damen, tendo na mesma data sido também pago o prémio de seguro diretamente a ATRADIUS DUTCH STATE BUSINESS no valor de 220 386,54 Euros (equivalentes a mESC 24 301), os quais representam encargos com a emissão do empréstimo. Serão, anualmente, ao longo do período de reembolso do empréstimo, acrescidos ao capital mutuado, a título de custo amortizado.

O empréstimo vence juros à taxa Euribor 6 meses mais 2.4% e é reembolsável em 10 semestres consecutivos de capital, no montante de 362 038 Euros.

O empréstimo encontra-se garantido por aval do Estado.

O Capital vencido e não regularizado à data do balanço ascende a mESC 39 920.

C. Caixa Económica de Cabo Verde - mESC 70 000

Representa a parcela remanescente do empréstimo concedido em Dezembro de 2013, destinado a financiar futuros investimentos. Vence juros à taxa anual de 9% e é reembolsável em 60 prestações mensais de capital e juros, no montante total de mESC 1 453, com início em Janeiro de 2014.

O empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto do Estado de Cabo Verde e suplementarmente por penhor do depósito a prazo no valor de mESC 12 000, por um período de 6 meses.

D. Caixa Económica De Cabo Verde - mESC 60 000

Corresponde à parcela remanescente do empréstimo concedido em Junho de 2015 no montante de mESC 60 000, vencendo a taxa de juro anual de 9%, com maturidade de 3 anos e uma renda mensal de mESC 1 909. O empréstimo foi parcialmente utilizado para a liquidação integral do saldo remanescente do financiamento mESC 80 000, no montante de mESC 21 635 na ocasião, e o remanescente destinado ao apoio à tesouraria.

O empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto do Estado de Cabo Verde.

E. Banco do Tesouro (Estado de Cabo Verde)

Corresponde ao empréstimo concedido pelo Banco do Tesouro (Estado de Cabo Verde) para reparação do Navio Praia D' Aguada. Vence juros à taxa anual de 2.7%, os quais são capitalizados, e é reembolsável em 10 prestações semestrais de capital e juros, com um período de diferimento de 2 anos.

F. DAMEN - Kriola

Corresponde ao acordo de financiamento assinado com a DAMEN, destinada a cobrir o investimento no acondicionamento do navio KRIOLA. Vence juros à taxa anual de 7%, sendo reembolsável em 36 prestações mensais de mESC 1 965 cada.

G. Banco do Tesouro

O saldo espelhado pelo Banco de Tesouro, no montante de mESC 114 391, corresponde a um descoberto concedido pela DGT, por conta de indemnizações compensatórias a receber do Estado pela prestação de serviço público de transporte marítimo. Não se encontram estabelecidas as condições de reembolso e remuneração deste empréstimo.

10. Fornecedores

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2017	2016
Enapor	36 034	10 157
Enacol	9 123	9 525
Vivo Energy	6 277	5 111
PwC	1 691	1 018
AMP (Agência Marítimo e Portuário)	1 049	516
CV Telecom	123	68
Outras	16 814	15 264
	71 110	41 658

Os saldos a pagar à Enacol e Vivo Energy são devidos pelo fornecimento de combustíveis ao navio "KRIOLA", "LIBERDADI" e PRAIA D' AGUADA.

As dívidas a pagar à ENAPOR e AMP relacionam-se com serviços portuários prestados à Sociedade.

11. Outras contas a pagar

O saldo decompõe-se como segue:

	2017			2016		
	Correntes	Não Correntes	Total	Correntes	Não Correntes	Total
Juros de empréstimos obrigacionistas a pagar	198 125	218 535	416 660	116 672	252 942	369 614
Estado Cabo Verde (Banco Tesouro)	41 866		41 866	-		-
BCV - Bolsa de Valores de Cabo Verde	31 013		31 013	27 713	-	27 713
Cabnavé	44 312		44 312	13 888	-	13 888
Damen Shipyard - equipamentos	24 423		24 423	8 046	-	8 046
Responsabilidades assumidas para com o pessoal	10 589		10 589	7 632	-	7 632
Outras	5 350		5 350	4 742	-	4 742
Rabobank	1 483		1 483	2 445	-	2 445
	357 160	218 535	575 695	181 137	252 942	434 079

Os juros de empréstimos obrigacionistas a pagar em 2017 compreendem mESC 387 265 (mESC 381 763 em 2016) relativos a juros vencidos e não pagos e mESC 29 394 (mESC 29 394 em 2016) referentes ao efeito da especialização dos juros com referência à data do balanço. No mês de Fevereiro de 2016, em Assembleia Geral de Obrigacionista, foi aprovado o pagamento dos juros em atraso naquela data, no montante de mESC 370 141, em prestações mensais de mESC 3 084, durante 10 anos. Em caso de incumprimento, aqueles juros em atraso vencem juros de mora à taxa anual de 2%.

Verifica-se incumprimento em relação a alguns obrigacionistas, cujo valor em dívida ascende a cerca de mESC 253 675, tendo, em consequência, sido registados os juros de mora no valor de mESC 5 073.

Sendo os juros em atraso pagos a longo prazo e sem remuneração, em caso de cumprimento (cerca de mESC 116 467), e remunerados à taxa anual de 2%, em caso de incumprimento (cerca de mESC 253 675), procedeu-se à determinação do valor presente dos valores a pagar por referência à taxa média ponderada das obrigações do tesouro a 10 anos (4, 56%), tendo os mesmos, em 2016, sido reduzidos em mESC 53 157, registado na rubrica de Outros rendimentos e ganhos. A respetiva atualização é anualmente registada como gasto financeiro, ascendendo o valor referente a 2017 a mESC 8 934 (mESC 7 385 em 2016) (Ver Nota 18).

Os mESC 31 013 (2016: mESC 27 713) a pagar a BVC - Bolsa de Valores de Cabo Verde resultam do custo com a manutenção e com a custódia das Obrigações escriturais no período de 2009 a 2017, os quais se encontram vencidos à data do Balanço.

Os mESC 41 866 a pagar ao Estado de Cabo Verde, correspondente à prestação paga diretamente à RABOBANK por conta da Cabo Verde Fast Ferry.

Os mESC 44 312 a pagar a CABNAVE correspondem a trabalhos de reparação dos navios "PRAIA D' AGUADA", "KRIOLA" e "LIBERDADI".

Os mESC 24 423 a pagar à DAMEN correspondem a trabalhos de reparação dos navios "KRIOLA" e "LIBERDADI"

12. Vendas e prestação de serviços

	mESC	
	2017	2016
Passagens	159 185	173 901
Carga	174 008	142 060
Afretamento	13 415	1 288
Vendas a bordo	2 240	1 801
Serviços secundários	214	542
	349 061	319 592
Devolução de passagens e carga	(3 356)	(3 363)
	345 705	316 229

Em 2017 foram transportados um total de 64 463 passageiros (2016: 64 473) e 31 711 de toneladas de carga (2016: 26 625 toneladas).

A inoperacionalidade do navio LIBERDADI durante várias semanas para reparações e por razões de mau tempo e a entrada em operações do Praia D'Aguada em Agosto de 2017 fizeram com que o número de passageiros se mantivesse igual ao ano anterior. O aumento registado nos rendimentos relacionados com carga deve-se à entrada em operações do Praia D'Aguada.

O valor de mESC 13 415 em afretamento está relacionado com as viagens realizadas, em Setembro de 2017, na linha Praia/Porto Inglês/Praia, em regime de serviço público de transporte marítimo, substituindo o navio SOTAVENTO que viu-se obrigada a suspender o serviço para vistoria anual de renovação dos certificados

13. Subsídios à exploração

Conforme se refere na Nota 6, o saldo desta rubrica representa a estimativa do subsídio referente ao exercício a receber do Ministério da Economia e Emprego.

14. Fornecimentos e serviços externos

	mESC	
	2017	2016
Combustível e outros fluídos (i)	91 700	65 474
Serviços de portos (ii)	50 139	27 771
Renda e Alugueres (iii)	11 368	11 345
Comissões a Intermediários (iv)	5 898	6 083
Seguros	4 132	5 530
Conservação e Reparação (v)	5 470	3 721
Vigilância e Segurança (vi)	1 588	1 592
Honorários (vii)	3 198	2 050
Comunicação	1 460	902
Deslocações e Estadas	2 137	1 527
Estudos e Pareceres	2 010	3 188
Serviços de Informática	1 540	1 525
Outros Fornecimento	1 407	734
Electricidade	1 079	1 146
Água	1 019	642
Outros inf mESC 1000	6 188	5 494
	190 334	138 724

- (i) Relacionam-se essencialmente com fornecimento de combustível para os navios "LIBERDADI", "PRAIA D' AGUADA e "KRIOLA", efetuada pela Enacol e Vivo Energy. O aumento do saldo face ao exercício anterior deve-se principalmente à entrada em operações do navio PRAIA D' AGUADA em Agosto de 2017 e ao aumento do preço do gasóleo marinho.
- (ii) O saldo desta rubrica compreende essencialmente taxas portuárias faturadas pela Enapor e Agência Marítima e Portuária. O aumento desta rubrica face a 2016 justifica-se pela entrada em operações do navio PRAIA D' AGUADA, que devido às características da sua operação necessita de serviços portuários adicionais, nomeadamente o serviço de estiva.
- (iii) O saldo desta rubrica inclui (i) as rendas dos escritórios da Sede e dos Portos no valor mESC 4 345 (2016: mESC 4 423), (ii) aluguer de meios de transporte para consolidação e transporte das cargas avulsas, principalmente para São Nicolau e São Vicente no valor de mESC 4 555 (2016: mESC 5 212), (iii) aluguer de equipamentos da Enapor no valor de mESC 188 (2016: mESC 1 526), (iv) aluguer de equipamentos e contentores para o navio PRAIA D' AGUADA no valor de mESC 2 239, e (v) outros alugueres no valor de mESC 215 (2016: mESC 185).
- (iv) Esta rubrica regista os gastos relacionados com comissões de venda às agências de viagem pela venda de bilhetes.
- (v) Referem-se aos gastos de manutenção e conservação do navio "LIBERDADI" e PRAIA D' AGUADA. O aumento do saldo face ao exercício anterior deve-se principalmente a intervenções no navio LIBERDADI, nomeadamente a reparação que foi sujeita depois do acidente em Janeiro no porto de Vale dos Cavaleiros ..

- (vi) Esta rubrica regista os gastos relacionados com vigilância e segurança nos navios e instalações da Sociedade.
- (vii) O saldo inclui essencialmente valores referentes à assessoria de gestão no valor de mESC 748 (2016: mESC 600), assessoria legal no montante de mESC 945 (2016: mESC 693) e outros, relacionados principalmente com a substituição de férias dos tripulantes, no valor de mESC 1 506 (2016: mESC 757).

15. Gastos com o pessoal

	mESC	
	2017	2016
Ordenados e salários	62 385	47 791
Encargos sobre remuneração	9 892	6 055
Outras despesas com o pessoal	1 696	2 178
	73 973	56 023
Número médio no final do ano	58	49
Número de empregados no final do ano	60	50

O aumento do saldo de Ordenados e salários justifica-se pelo aumento de numero de funcionários, principalmente para atender à tripulação exigida para o navio PRAIA D´AGUADA.

A rubrica de Outras despesas com o pessoal compreende, essencialmente (i) seguros de acidentes de trabalho no valor de mESC 696 (2016: mESC 1 565) e (ii) encargos com formações, ofertas, alimentação, atribuída a funcionários no valor de mESC 579.

16 Outros rendimentos e ganhos

Em 2017, o saldo desta rubrica compreende, essencialmente, mESC 1 099 (2016: mESC 331) referentes aos descontos de pronto pagamento obtidos e mESC 161 (2016: mESC 1 170) de correções relativas a anos anteriores.

Em 2016, o saldo compreendia ainda mESC 53 157 referentes ao efeito do valor descontado dos juros a pagar por referência à taxa do mercado (ver Nota 11).

17. Juros e perdas similares suportados

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Mercados de Valores Mobiliários - Empréstimos por obrigações		
Juros obrigacionista	70 546	76 232
Actualização do valor presente dos juros a pagar	8 934	7 385
Juros de Mora	5 073	4 228
Custos Emissão	-	-
Custódia e manutenção	3 300	3 300
	<u>87 853</u>	<u>91 145</u>
Empréstimos bancários		
Rabobank	6 820	10 620
Caixa Económica de Cabo Verde	5 030	8 552
Damen	2 348	3 714
	<u>14 198</u>	<u>22 886</u>
Outros	<u>46</u>	<u>10</u>
	<u>102 097</u>	<u>114 040</u>

A redução dos juros obrigacionistas resulta da reestruturação do empréstimo obrigacionista aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária dos Obrigacionistas, realizada a 15 de Fevereiro de 2016, sendo o efeito principal a redução da taxa de juro das obrigações do Grupo B e C de 10% para 4% (ver Nota 9).

18. Resultado por ação básico

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número das ações, como segue:

	<u>mESC</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	(80 015)	(553)
Numero médio ponderado de ações	<u>110 000</u>	<u>110 000</u>
Resultado por ação básico (ESC)	<u>(727)</u>	<u>(5)</u>

20. Outras informações sobre a aplicação do regime do acréscimo

Os acréscimos e diferimentos tiveram a seguinte decomposição:

	mESC	
	2017	2016
Acréscimo de gastos		
Juros de empréstimos Obrigacionistas	29 394	29 394
Acréscimo de férias e Subsídio de férias	10 613	7 608
Honorários de exame às contas e fiscal único	1 850	1 810
	41 857	38 812
Gastos a reconhecer	296	296
Acrescimo de Rendimentos	-	54 605

21. Garantias

Além das referidas nas Notas 3 e 9, não existem outras garantias prestadas pela Sociedade.

22. Partes relacionadas

Os saldos em 2017 e 2016 entre a Sociedade e partes relacionadas (no caso, os acionistas) resumem-se como segue:

	mESC	
	Financiamentos	Instrumentos de capital
Acionistas		
2017	261 868	87 962
2016	204 966	22 962

As remunerações do Conselho de Administração ascenderam a mESC 8 401 (2015: mESC 8 401).

23. Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço

Não são conhecidas outras responsabilidades e contingências.

24. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais.

25. Eventos subsequentes

As dívidas em mora relacionadas com o IRPS e IVA e com a previdência social, nos montantes de mESC 58 935 e mESC 18 749, foram negociadas em 2018, com planos de pagamento até 10 e 8 anos, respetivamente.

Não se verificou qualquer outro acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.



III. PARECER DO FISCAL UNICO

Relatório do Auditor Independente

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Cabo Verde Fast Ferry, S.A. (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nas alíneas a), b) e c) apresentadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Cabo Verde Fast Ferry, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião com reservas

- a) Conforme referido na Nota 6 do Anexo integrante das demonstrações financeiras, a Empresa registou valores a receber do Estado a título de subsídio de exploração nos montantes de (i) 61 156 milhares de Escudos (mCVE) referentes ao subsídio do exercício de 2015, atribuído em agosto de 2017, (ii) mCVE 54 605 referentes ao subsídio estimado para o exercício de 2016, submetido mas ainda não aprovado, e (iii) mCVE 69 905 referentes ao subsídio estimado para o exercício de 2017, ainda não submetido à aprovação do Estado. Face ao período de tempo decorrido sem que o subsídio de 2015 tenha sido recebido e sem que os subsídios estimados para os exercícios de 2016 e 2017 tenham sido aprovados, não estamos em condições de concluir, com a segurança necessária, sobre a recuperabilidade daqueles valores e sobre o efeito em resultados decorrente dos registos efetuados.
- b) Não nos foi disponibilizada informação detalhada que permita aferir a recuperabilidade dos valores relativos aos três barcos detidos, cujo saldo líquido à data do balanço ascende a cerca de mCVE 1 675 000, pese embora o acordo celebrado com o construtor de dois desses barcos prever a retoma dos mesmos por 30% dos respetivos preços de aquisição, equivalentes a cerca de mCVE 500 000, devendo a Empresa suportar alguns custos adicionais (ver Notas 3 e 9 do anexo integrante das demonstrações financeiras). Nas circunstâncias, não estamos em condições de avaliar os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras anexas, associados ao facto referido.
- c) As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram ainda aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas. Deste modo, desconhecemos os efeitos que a referida deliberação poderia originar nas presentes demonstrações financeiras.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5 Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na Conservatória dos Registos Prediais, Comerciais e Automóvel de Cabo Verde sob o nº 893, NIF 200119036

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas segundo o princípio de continuidade normal das atividades da Empresa no futuro próximo. Contudo, a sua situação económico-financeira naquela data apresentava os seguintes indicadores relevantes:

- (a) Conforme referido na Nota 8 do Anexo integrante das demonstrações financeiras, o capital próprio da Empresa em 31 de dezembro de 2017 apresenta o valor negativo de mCVE 648 370. De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 137º do Código das Empresas Comerciais, o Conselho de Administração vai propor aos acionistas a resolução desta situação na próxima Assembleia Geral. No caso de não ser tomada qualquer deliberação pode qualquer acionista ou credor requerer ao tribunal a dissolução da Empresa, enquanto aquela situação se mantiver.
- (b) O ativo realizável a curto prazo, no montante de cerca de mCVE 274 000, é manifestamente insuficiente para fazer face às responsabilidades de curto prazo de cerca de mESC 850 000.
- (c) Os encargos financeiros com as obrigações ascenderão, em 2018, a aproximadamente mCVE 70 000 (ver Nota 9 do Anexo integrante das demonstrações financeiras).

Neste contexto, a continuidade das operações da Empresa está dependente do continuado apoio financeiro do Estado de Cabo Verde, restantes acionistas e obrigacionistas, e da melhoria da sua rentabilidade esperada, com a operação dos três barcos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Além das matérias descritas na secção “Bases para a Opinião com Reservas” e na secção “Incerteza material relacionada com a continuidade”, consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

Empréstimo obrigacionista

Divulgações relacionadas com o empréstimo obrigacionista apresentadas nas Notas 1.6, 9, 11 e 17 das demonstrações financeiras.

A Empresa recorreu a empréstimo obrigacionista para a aquisição de dois dos três navios que utiliza na sua exploração. Os incumprimentos das cláusulas contratuais têm conduzido à aprovação pelos obrigacionistas de reestruturações do referido empréstimo, abrangendo (i) cisão das obrigações em grupos, (ii) alargamento da maturidade, (iii) alteração das taxas de juros e (iv) acordos de pagamento dos juros em atraso em prestações, sem remuneração ou remunerados a taxa de juro inferior à do mercado.

Pela relevância do empréstimo obrigacionista, pela complexidade e impactos nas demonstrações financeiras que estas reestruturações inserem, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

A abordagem de auditoria para este tema incluiu, entre outros procedimentos, a leitura das atas de Assembleia Geral dos Obrigacionistas, a compreensão das deliberações tomadas e a verificação do correto reflexo contabilístico das mesmas.

Foi ainda verificada a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

19 de julho de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do exame de auditoria efetuado, emitimos o respetivo Relatório do Auditor Independente, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas, exceto nos aspetos mencionados no Relatório do Auditor Independente, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados no Relatório do Auditor Independente;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5 Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na Conservatória dos Registos Prediais, Comerciais e Automóvel de Cabo Verde sob o n.º 893, NIF 200119036*

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

19 de julho de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados –
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

A handwritten signature in black ink that reads "Carlos Manuel Sim Sim Maia". The signature is written in a cursive style with some capital letters.

Carlos Manuel Sim Sim Maia